



# urbs

Viva o Centro

A REVISTA DA METRÓPOLE

Ano X - Nº 42 - Edição Especial - dezembro 2006

Edição Especial  
Viva o Centro  
15 anos





Investor Service, uma das mais respeitadas agências de classificação de riscos do mundo. Invista no Itaú. Acesse [www.itaú.com.br](http://www.itaú.com.br), ligue para o Itaú Investfone: 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 9704828 (demais localidades) ou vá até uma Agência Itaú. Investimentos Itaú. Feitos por quem sabe. Feitos para você.



Dow Jones Sustainability Indexes



feito para você

# Sumário

## Editorial

O Centro como protagonista, *por Henrique de Campos Meirelles*..... 5

## Trajectoria

Viva uma história de 15 anos, *por Marco Antonio Ramos de Almeida* ..... 6

## Artigos

São Paulo e a bandeira do tempo, *por Jorge da Cunha Lima*..... 15

O espaço da vida coletiva, *por Regina Proserpi Meyer* ..... 16

Quinze anos como referência para São Paulo, *por Luiza Erundina*..... 28

O Centro revigorado, *por Paulo Maluf*..... 30

A revitalização do Centro de São Paulo, *por Celso Pitta*..... 32

Centro precisa de gente, serviços, cultura e moradias, *por Marta Suplicy* ..... 34

Um brinde às pantográficas, *por Camilo Rocha* ..... 40

Integração e planejamento, *por Maria Teresa Pereira Craveiro* ..... 42

O direito à cidade, *por Carmenza Saldias Barreneche* ..... 43

Técnica com emoção, *por Oscar D'Ambrosio* ..... 49

Ensaio fotográfico ..... 24

## Entrevista

O prefeito Gilberto Kassab fala sobre sua gestão e o Centro de São Paulo ..... 36

## Resenha

Reconstruindo paisagens urbanas, *por Paulo César Garcez Marins*..... 44

## Reportagem

Ações Locais: A cidade de cada um..... 46

Nelson Kon



Flávio Moraes



Flávio Moraes



URBS é uma publicação trimestral da Associação Viva o Centro. **Editores:** Jorge da Cunha Lima e Lui C. Tanaka. **Produção e edição:** LDC Editora e Comunicação Ltda. **Edição de texto:** Débora Mismetti. **Jornalista responsável:** Camila Prado (MTb 39800). **Arte:** Katia Oliveira e Thais Bellini. **Atendimento:** Karina Boso. **Foto da Capa:** Fábio Mattos. **Colaboradores:** José Eduardo de Assis Lefèvre, Rosely Nakagawa, Renata Rödel, Deise Josiane Martins, Paulo Silva Santos, João Basto, Victor Eskinazi, Claudenir Chinski, Cristina Café e Flávio Moraes. **Impressão:** Arizona. **Tiragem:** 14.000 exemplares. **Redação, administração, circulação e assinatura:** Rua Líbero Badaró, 425 - 4ª andar. CEP: 01009-000 São Paulo-SP. Fone: (11) 3106-8205. Fax: (11) 3105-8896. **Redação:** editora.urbs@vivaocentro.org.br. **Assinaturas:** www.vivaocentro.org.br/assinaturas. **Patrocinadores dessa edição:**



PINHEIRO NETO ADVOGADOS

MACHADO, MEYER,  
SENDACZ E OPICE  
ADVOGADOS

GRANADEIRO  
Desde 1898



GUIMARÃES  
Advogados



# O Centro como protagonista

Por Henrique de Campos Meirelles\*

A tomada de consciência da iniciativa privada que levou à criação da Associação Viva o Centro não se limitou a propagar um restauro do Centro da cidade. Observando a experiência internacional e tomando como exemplo as metrópoles que são referência em processos de requalificação de áreas centrais, como Barcelona, Lisboa, Londres e Nova Iorque, dentre outras, não tardamos em perceber a importância de um Centro dinâmico para o desenvolvimento de São Paulo.

A Viva o Centro assumiu um papel de liderança quando chamou a atenção para o significado estratégico da região. A entidade tornou-se, então, espaço de diálogo entre a iniciativa privada e o Poder Público, realizando debates democráticos sobre os problemas e as soluções possíveis para a cidade.

Desde o nascimento da Associação, dois conceitos foram cruciais para nortear os trabalhos da entidade. O primeiro deles dizia respeito à expectativa de resultados e quanto a isso fui categórico em pontuar que o trabalho da Associação Viva o Centro seria de longo prazo, uma vez que se tratava de uma proposta de mudança cultural. O segundo ponto tratava da ideia de que a consolidação de uma identidade seria imperativa para a inclusão de São Paulo na categoria de cidade mundial. A responsabilidade do Centro nesse processo é total. Ele deve ser o protagonista da promoção da cidade para que ela seja capaz de atrair eventos internacionais, empresas, turistas e centros de pesquisas, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico de toda a metrópole.

A recuperação do patrimônio histórico da cidade faz parte desse trabalho, e está longe de ser mero saudosismo. Certas edificações têm um poder emblemático, em que moradores e visitantes reconhecem o significado da sociedade que se organizou em torno delas. A National Gallery, em Londres, ou o Metropolitan Museum, em Nova Iorque, estão entre os pontos que configuram a imagem dessas cidades. Os efeitos benéficos da construção do

Museu Guggenheim para a revitalização da região portuária de Bilbao, na Espanha, são conhecidos internacionalmente. Em São Paulo, a Viva o Centro se esforçou e teve sucesso na elaboração de projetos de recuperação patrimonial e funcional, entre os quais se destacam a Praça do Patriarca e a criação da Sala São Paulo, na antiga Estação Júlio Prestes.

O empenho da Associação para incentivar governos e empresas a investir nas obras de requalificação dos espaços públicos da região central não visa a resultados localizados. O objetivo é beneficiar toda a metrópole com o surgimento de novos empreendimentos em uma parte da cidade que está mais do que pronta a recebê-los. A expansão para bairros afastados e com pouca infraestrutura prejudica São Paulo, criando pressão sobre o sistema de transportes, por exemplo. É importante que o grande investimento público que está no Centro seja visto como uma oportunidade para os agentes do desenvolvimento econômico e é para isso que estamos aqui.

Nossas ações têm se voltado ao estudo de mecanismos que tornem o Centro convidativo à iniciativa privada. Incentivos fiscais e meios que facilitem a compra de imóveis e a construção na região são muito importantes. A Associação tem dado sua contribuição ao Poder Público, levantando essas questões. O Programa de Ações Locais, criado pela Viva o Centro, tem reunido localmente moradores, empresários e comerciantes para discutir e tentar solucionar problemas de seus quarteirões, chamando a atenção para uma questão que parece simples, mas que tem grande importância: a zeladoria urbana. É esse tipo de iniciativa que a Associação quer irradiar pela cidade. Que o Centro seja um exemplo de que os esforços combinados de cidadãos, sociedade civil organizada, corporações e Poder Público podem beneficiar a todos.

\*Henrique de Campos Meirelles, presidente fundador da Associação Viva o Centro, é engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP. Atualmente preside o Banco Central do Brasil.

# Viva uma história de

A Associação Viva o Centro comemora seu 15º aniversário e busca sinalizar projetos futuros para o desenvolvimento de São Paulo

**D**urante o último mês de novembro, a Associação Viva o Centro apresentou a representantes da Prefeitura e da sociedade civil participantes da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro (que busca incentivar a recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico e a construção civil na área e da qual a Viva o Centro faz parte) mais uma proposta para impulsionar investimentos privados na região central. A Associação propôs a criação de um fundo rotativo para desapropriações de imóveis na região central, visando disponibilizá-los a empreendedores imobiliários privados. Hoje, a falta de títulos de propriedade regularizados, devido a problemas de inventário, proprietários desaparecidos e outras pendências dificulta a compra de imóveis no Centro. Isso impossibilita a realização de novos empreendimentos na área. O fundo rotativo seria utilizado na aquisição de imóveis e, depois, recuperado com a sua venda. Ele seria rotativo porque poderia ser usado sucessivas vezes. Este é um exemplo recente do tipo de ação que caracteriza a Associação Viva o Centro: a formulação e o encaminhamento

de propostas que possam mudar a dinâmica do crescimento da cidade. Em vez de se espalhar como uma mancha urbana de baixa densidade de ocupação, sugerimos concentrar e tornar mais eficiente o funcionamento da metrópole, aproveitando ao máximo os grandes investimentos públicos e privados já presentes na região central.

O fato de a Associação conseguir evoluir sempre em suas posições se deve muito ao modo como ela se organizou, desde sua fundação. O movimento que iniciou a Viva o Centro teve origem entre o fim da década de 80 e começo da de 90, quando estava sendo finalizada, na gestão Luiza Erundina, a construção dos túneis sob o Vale do Anhangabaú, com o fechamento do acesso por veículos particulares aos edifícios da região. Nessa mesma época, a Prefeitura estava interessada em obter o apoio da iniciativa privada para um projeto denominado Eixo Sé-Arouche, de requalificação do espaço público e despoluição visual dos imóveis dos logradouros que ficavam ao longo desse eixo. De um lado, a Prefeitura queria ajuda da iniciativa privada para realizar seu projeto. De outro, empresas

11 de outubro

**Fundação da Associação Viva o Centro**



**Criação do primeiro logotipo da Associação pela OZ Design**

Junho

**A Associação lança o Mapa do Centro, ilustrado com fotos de Cristiano Mascaro.**

**Primeira menção à Associação na imprensa (Jornal da Tarde de 24 de junho de 1992)**

1991

1992

Novembro

**Durante a administração de Luiza Erundina, a sede da Prefeitura de São Paulo é transferida para o Palácio das Indústrias, restaurado pelo Poder Público Municipal**



Fábio Mattos

# 15 anos

Por Marco Antonio Ramos de Almeida\*

e organizações estabelecidas em torno do Vale do Anhangabaú precisavam viabilizar o acesso e circulação de veículos na área. A necessidade de uma mediação entre iniciativa privada e Poder Público, fundada em propostas viáveis e tecnicamente adequadas, tornava-se clara e era preciso que fosse eficiente.

Em 1991, nasce a Associação Viva o Centro. Diferente das tradicionais associações de amigos de bairros, nossa organização já se iniciou profissionalizada. A diretoria, composta por representantes dos associados, contratou consultores e estudiosos para analisar projetos da Prefeitura para os quais ela pedia o apoio dos associados, assim como para considerar e formatar tecnicamente as demandas dos próprios membros da Associação. Desse

modo, não bastava que um associado quisesse, por exemplo, mudar a mão de direção de uma via para que a Viva o Centro assinasse embaixo e levasse a sugestão ao Poder Público. As propostas passavam sempre pelo crivo do corpo técnico da entidade antes de serem apresentadas ao governo, o que resultava na maior qualidade das sugestões e na detecção das questões que mais impactavam o bom funcionamento do Centro. Para tratar de assuntos que afetam a vida de todos os cidadãos e empresas, como as questões dos camelôs, das pes-

soas em situação de rua, dos transportes, das comunicações, da infra-estrutura urbana, do patrimônio histórico e outros, a Associação promoveu seminários, painéis e workshops. Para estar um passo à frente na elaboração de propostas para o equacionamento de problemas e o aproveitamento das oportunidades presentes no Centro, a Associação promoveu, em 1995, o Seminário Internacional Centro XXI, aberto por uma palestra do então presidente Fernando Henrique Cardoso; e apresentou, em 1996, o estudo *São Paulo Centro: uma nova*

*abordagem*, coordenado pela urbanista Regina Proserpi Meyer, que já havia trabalhado com outro importante colaborador da Viva o Centro, o ex-Secretário de Estado da Cultura, Jorge da Cunha Lima,

no projeto Luz Cultural. Os conceitos propagados por esses debates e estudos superam a acumulação teórica. O resultado de se constatar, por exemplo, que o Centro de São Paulo pode se converter em solução para o desenvolvimento da metrópole, com o aproveitamento dos bairros ao norte dos distritos Sé e República, são os esforços atuais de recuperação da região até então apelidada “cracolândia”, transformada em Nova Luz. A criação, em dezembro de 1995, da Fundação Projeto Travessia para a ressocialização de crianças e adolescentes em

A Associação foi organizada de forma profissional, com consultores e técnicos



Julho

**Lançamento do Informe Viva o Centro**

Novembro

**Lançamento do Programa Centro Seguro, pelo governador Luiz Antonio Fleury Filho, com base em sugestão da Viva o Centro**

1993

1994

Janeiro

**Paulo Maluf toma posse como prefeito de São Paulo**

Julho

**Lançamento oficial do ProCentro (Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo), de acordo com a proposta formulada pela Viva o Centro**

situação de rua foi consequência, entre outras coisas, da realização, em maio daquele ano, do workshop *A rua no Centro – Uma discussão sobre a rua e seus atores sociais*. Além da Viva o Centro, os fundadores do Travessia foram entidades tão díspares como o Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Banco de Boston, o Bradesco, o Banco Fibra e a Pires Serviços de Segurança. Desde então, a instituição, reconhecida em 2002 como Entidade Beneficente e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, atendeu mais de 5 mil crianças e reintegrou à família mais de 500 delas. A participação qualificada da Associação, fazendo a interlocução entre a sociedade civil e o governo, especialmente o municipal, tem se dado desde o início de seus trabalhos. A partir do lançamento público da entidade, ocorrido em 1992, no Teatro Municipal, a Viva o Centro se mostrou à cidade e passou a dialogar com os candidatos à Prefeitura nas eleições daquele ano. Todos foram convidados a visitar a entidade e tomar conhecimento de nossas propostas para a requalificação do Centro. Este foi um ritual que continuou a ser repetido em todas as eleições e que contribuiu para a inserção das questões do Centro no debate eleitoral, e para a continuidade da meta de recuperação do Centro nos planos dos

sucessivos governos até hoje. A cada pleito, as propostas iam sendo lapidadas, aprofundadas e atualizadas, até chegarmos ao modelo atual de “10 Propostas Estratégicas” encaminhadas aos candidatos (veja as atuais no site da entidade [www.vivao-centro.org.br](http://www.vivao-centro.org.br)).

Ao longo das cinco gestões que se sucederam à de Luiza Erundina, prefeita no ano de criação da Viva o Centro, o

diálogo com o município foi ganhando formas institucionais. Paulo Maluf aceitou a sugestão da Associação e, em 14 de julho de 1993, depois de um trabalho conjunto de seis meses entre órgãos públicos, entidades profissionais e técnicos

## A Prefeitura formalizou a participação da Viva o Centro no ProCentro

da Viva o Centro, coordenado pelo então Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, João Mellão Neto, editou nove decretos que regulavam as intervenções na região, estabeleciam o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro) e criavam a Comissão ProCentro para coordenar sua implantação. O ProCentro nasceu com objetivo de melhorar a acessibilidade de veículos, reorganizar o transporte coletivo, reformar a Praça do Patriarca, implantar a Operação Urbana Centro, criar incentivos fiscais para edifícios que restaurassem suas fachadas, implantar o Programa Centro Seguro, cuidar da manutenção das calçadas e da limpeza, disciplinar a presença dos camelôs, transformar a Galeria Prestes Maia em espaço cultural e regulamentar a propaganda visual no Centro, entre outras.

Julho

**A Associação Viva o Centro lança o Programa de Ações Locais**



Setembro

**A Associação lança o estudo São Paulo Centro – uma nova abordagem, coordenado pela urbanista Regina Proserpi Meyer**

1995

Agosto

**Lançamento do Projeto Travessia, com apoio da Associação Viva o Centro, empresas e sindicatos**

Outubro

**A Associação Viva o Centro promove o Seminário Internacional Centro XXI – Perspectivas para os Centros das Metrôpoles**

1996

O ProCentro foi um avanço também porque previa a participação da sociedade civil em suas decisões. A Associação Viva o Centro estava presente na Comissão ProCentro, ao lado dos representantes de secretarias e órgãos municipais, para apreciar e aprovar todas as intervenções a serem realizadas na região. Em seus primeiros anos, o programa no âmbito do governo municipal se desenvolveu com lentidão. Obras importantes, no entanto, foram realizadas com recursos da iniciativa privada, como o restauro, em 1994, da fachada e a iluminação cênica do Mosteiro de São Bento, patrocinadas pelo Banco de Boston e pela Philips do Brasil, respectivamente.

A intensa participação da Viva o Centro na Comissão ProCentro levou à aprovação de programas importantes, inclusive pelo Governo do Estado, como o Centro Seguro, no final do governo Fleury, para melhorar o policiamento da região, por meio do aumento do efetivo policial e de cabines policiais equipadas com câmeras de monitoramento. A presença da Associação também evitou que equívocos fossem cometidos, como a permissão da presença de quiosques fixos de camelôs nos distritos Sé e República. Mesmo conseguindo a proibição das barracas permanentes na área de atuação do ProCentro em 1994, para permitir a limpeza noturna das ruas e calçadas, o programa teve que manter uma permanente vigilância sobre projetos de lei favoráveis aos camelôs. Alguns desses projetos, aprovados, corriam o risco de serem interpretados a favor da instalação de mais ambulantes na região central. A criação de bolsões em locais inapropriados foi alvo de preocupação da Viva o Centro e do ProCentro. Mais do que isso, sempre pro-



O Mosteiro de São Bento foi restaurado e ganhou nova iluminação em 1994.

curamos mostrar que a atividade dos camelôs não era uma resposta adequada ao problema social real do desemprego, mas sim uma atividade de profundo viés anti-social e criminoso. A tolerância à venda de produtos roubados, contrabandeados e pirateados não pode ser justificada pelo desemprego, e sim combatida de acordo com a lei. Além disso, a queda nos índices de ocorrências policiais nas áreas de onde os camelôs eram retirados demonstrava a importância do combate permanente a este tipo de atividade.

As primeiras obras concretas da Prefeitura aconteceram a partir de 1997, no governo de Celso Pitta, com a reforma do piso



Julho  
**A Associação Viva o Centro lança a revista URBS**



Abril  
**A Associação Viva o Centro é declarada de utilidade pública federal**

1997

1998

1999

2000

Janeiro  
**Celso Pitta toma posse como prefeito de São Paulo**

Fevereiro  
**Reinauguração da Pinacoteca do Estado reformada segundo projeto de Paulo Mendes da Rocha**

Julho  
**Inauguração da Sala São Paulo, na antiga Estação Júlio Prestes**

do Largo São Bento e dos viadutos do Chá e Santa Ifigênia. Também foram retirados os camelôs do Viaduto Santa Ifigênia e o palco do Vale do Anhangabaú, onde eram realizados shows que perturbavam a vizinhança. É nessa época também que se consegue aprovar na Câmara Municipal, por unanimidade, a lei da Operação Urbana Centro e a lei de incentivo à recuperação de fachadas de edifícios tombados.

Ainda na gestão Celso Pitta, o novo coordenador da Comissão ProCentro, Sanderley Fiusa, um técnico com experiência internacional, ajudou a dar forma a um pedido de empréstimo de US\$ 100 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimentos em 14 pólos de requalificação urbana no Centro. Aos US\$ 100 milhões do BID, igual montante da Prefeitura, a título de contrapartida, deveria ser investido no programa. Em 2000, em meio à renegociação da dívida do município com a União, o empréstimo foi autorizado. Contudo, a administração Pitta não conseguiu assinar o contrato de empréstimo e, portanto, não começou nenhum dos projetos previstos. Somente depois de mais de dois anos da gestão Marta Suplicy é que o contrato foi formalizado, aprovado pelo Senado Federal e os recursos do BID começaram a ser usados. A demora deveu-se a uma reformulação geral dos projetos que faziam parte do programa original e que redundaram também na redução da contrapartida municipal para US\$ 64 milhões. Os projetos, no entan-

to, perderam foco ao serem pulverizados em 130 ações, abrangendo as mais diversas áreas. Pouco mais de US\$ 10 milhões foram utilizados.

Assim, durante a gestão Marta, o Programa ProCentro foi alterado e mudou de nome para Ação Centro. A Comissão ProCentro, gerenciadora do programa agora coordenada pela arquitetura Nadia Someck, também presidente da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), ampliou-se, porém perdeu seu caráter deliberativo e de instância que apreciava e aprovava todas as intervenções a serem realizadas na região. Ainda nessa época, importantes ações aconteceram no Cen-

tro. A sede da Prefeitura veio para o Edifício Matarazzo, junto ao Vale do Anhangabaú. A grande maioria das secretarias municipais também foi transferida para o Centro. A Rua Xavier de Toledo,

a Praça Dom José Gaspar e o entorno do Teatro Municipal foram requalificados. Felizmente, alguns projetos equivocados, como o de fixar população de baixa renda em grandes edifícios comerciais reciclados, não foram adiante, evitando-se assim o surgimento, no futuro, de novos edifícios semelhantes ao degradado São Vito. O próprio edifício São Vito foi desapropriado nesse período e desocupado. Outra obra importante da gestão Marta foi a recuperação e reciclagem do Mercado e o início do processo de reforço da iluminação do Centro, iniciado na Praça da Sé e Rua Líbero Badaró.

Em 2005, com o início da administração José Serra, a Comis-

## Empréstimo de US\$ 100 milhões do BID é destinado ao Centro

Janeiro

**Marta Suplicy toma posse como prefeita de São Paulo**

Jesus Carlos / Imagetietha



Outubro

**A Associação Viva o Centro comemora seus dez anos no Teatro Municipal**

2001

Julho

**Grande parte das Secretarias da Prefeitura são realocadas para o Centro**

2002

Setembro

**Praça do Patriarca reformada é entregue à cidade, com pórtico encomendado pela Viva o Centro e projetado por Paulo Mendes da Rocha**

são Coordenadora do Ação Centro (ex-Comissão ProCentro), deixou de ter representação da sociedade civil e passou a ser integrada exclusivamente por representantes do Poder Público Municipal. Os projetos a serem executados com recursos vinculados ao empréstimo do BID (US\$ 100 milhões do BID e US\$ 64 milhões de contrapartida local) passam por uma profunda revisão, decorrente da necessidade de se ajustarem ao novo patamar do dólar norte-americano, o que impôs um drástico enxugamento dos valores em moeda nacional, e à mudança das diretrizes para os projetos e ações previstas, consideradas inadequadas ou errôneas pela nova gestão. Serra confirmou o Centro como uma das prioridades de sua gestão e nomeou Andrea Matarazzo, personalidade de grande prestígio político e vasta experiência como ministro, embaixador e presidente de empresas, para a Subprefeitura da Sé, encarregando-o da coordenação geral das ações da Prefeitura relativas ao Centro.

Apesar da exclusão da participação formal da sociedade civil na definição e acompanhamento dos programas governamentais para a área, que era feita por meio da Comissão ProCentro, Matarazzo prestigia a atuação da Associação Viva o Centro e das Ações Locais e, na linha das “10 Propostas para o Centro” oferecidas a Serra pela Associação, durante a última campanha eleitoral, lança o Projeto Nova Luz, dá início à recuperação das praças da Sé e da República, e inicia a revisão do sistema de calçadas do Centro, com a abertura de alguns (Largo de São Bento, ruas XV de Novembro, Dom José de Barros e 24 de Maio) e o estabelecimento de outros, como o da Rua 25 de

Março. Apesar das dúvidas suscitadas pelo tipo de intervenção física executada nesses logradouros, a decisão de intervir nos calçadões rompe um imobilismo de mais de 25 anos do Poder Público em relação ao tema. Além disso, a Prefeitura reforçou significativamente a presença da Guarda Civil Metropolitana (GCM) no Centro, atuando no controle dos ambulantes. O Centro recebeu também uma rede de câmeras de monitoramento por TV sob controle da GCM.

Andrea sinaliza ainda que pretende implantar a proposta da Associação de regionalizar a Zeladoria Urbana nos distritos Sé e República, com a subdivisão da área em 12 microrregiões.

O prefeito Gilberto Kassab, que sucede a Serra neste quadriênio e mantém Andrea Matarazzo na Subprefeitura Sé, já garantiu à Associação que o Centro permanece como prioridade de sua gestão. A Viva o Centro também já manifestou ao novo prefeito seu desejo de voltar a integrar a comissão de coordenação do programa municipal para o Centro, que recentemente recuperou sua denominação original de ProCentro, restabelecendo assim o canal formal de representação da sociedade civil na condução desse programa.

Durante os 15 anos da Viva o Centro, muitas outras conquistas marcaram a história da organização e do processo de recuperação do Centro.

Em 1992, solicitamos ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha um projeto de requalificação da Praça do Patriarca. O projeto apresentado previa o fechamento da praça à circulação de carros, o fim do uso daquele local como terminal de ônibus, e a substituição da cobertura de alvenaria da entrada da Gale-



Janeiro

**São Paulo comemora 450 anos: a sede da Prefeitura é transferida para o Edifício Matarazzo e é inaugurado o novo gabinete do governador no Centro**

Dezembro

**A Viva o Centro moderniza sua logomarca. A nova imagem, desenvolvida pela 100% Design, é inspirada no Marco Zero da Praça da Sé**

2003

2004

Dezembro

**Primeira Convenção Anual de Dirigentes de Ações Locais**



Charles Produtora

Janeiro

**Viva o Centro inaugura nova sede e lança Mapa Turístico do Centro**

ria Prestes Maia por uma elegante estrutura metálica pendurada em uma grande arquitrave, desenhadas pelo arquiteto. Em agosto de 1993, a Viva o Centro apresentou a proposta de Paulo Mendes da Rocha para a praça na II Bienal de Arquitetura e, em fins de 1999, a Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, com a participação da Associação Viva o Centro, resolveu bancar a realização do projeto. Em 2002 a nova Praça do Patriarca foi entregue à cidade.

A atuação do Governo do Estado e o apoio da iniciativa privada têm sido fundamentais para o êxito do processo de recuperação do Centro. Em 1997, o então governador Mário Covas decidiu transformar a Estação Júlio Prestes em um complexo cultural e, para tanto, firmou convênio com a Associação Viva o Centro para que a entidade desenvolvesse os projetos de restauro e reciclagem do edifício, para transformá-lo na sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), bem como para a elaboração de um plano urbanístico para o seu entorno. Em 1999, a Sala São Paulo foi inaugurada com um grande concerto da Osesp. Para registrar todas as etapas desses projetos e obras, a Viva o Centro publicou o livro *Pólo Luz – Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*.

Já em 1998, o Governo do Estado inaugurava a obra de reciclagem da Pinacoteca do Estado, projetada por Paulo Mendes da Rocha. Também da mesma época é o restauro do Teatro São Pedro, do Museu de Arte Sacra e do Memorial do Imigrante. O prédio do antigo Dops, onde em

2004 seria inaugurada a Estação Pinacoteca, começou a ser recuperado, assim como o prédio que abrigou a Secretaria de Viação e Obras Públicas, que seria destinado a sediar o Ministério Público do Estado.

## A atuação do Governo do Estado tem contribuído para a recuperação do Centro

A partir de março de 2001, o governador Geraldo Alckmin iniciou o processo de centralização administrativa. Em julho daquele ano a Secretaria de Segurança Pública veio para o Centro. O processo foi reforçado com a compra, em 2003, de oito edifícios no Centro para sediar secretarias, empresas estatais e um gabinete especial do governador, na Rua Boa Vista. Como ponto culminante de sua gestão, Alckmin inaugurou, em março de 2006, o Museu da Língua Portuguesa, fruto de uma ampla parceria com a iniciativa privada capitaneada pela Fundação Roberto Marinho e pela Secretaria de Estado da Cultura, na restaurada Estação da Luz. No subsolo, teve início a construção da nova Linha 4 do Metrô. No governo Cláudio Lembo, o processo de centralização administrativa continua, com o governo adquirindo, em 2006, mais sete edifícios para esse fim.

Uma longa luta, de nove anos, iniciada em 1992, foi travada, agora junto ao Governo Federal, pela transformação da histórica agência do Banco do Brasil, na Rua Álvares Penteado,

Janeiro

**A Viva o Centro lança a coleção de camisetas com estampas de Cristiano Mascaro, Carla Caffé e Paulo Caruso**



2005

Março

**José Serra deixa a Prefeitura para se candidatar ao governo do Estado de São Paulo. Assume seu vice, Gilberto Kassab**



Outubro

**A Associação Viva o Centro completa 15 anos**

2006

Janeiro

**José Serra toma posse como prefeito de São Paulo**



Novembro

**A Associação celebra 15 anos com reunião do Conselho Diretor na BM&F**



O novo pórtico da Praça do Patriarca foi projetado por Paulo Mendes da Rocha e inaugurado em 2002.

em Centro Cultural Banco do Brasil, inaugurado finalmente em 2001. Outra luta, ainda no âmbito do Governo Federal, e até hoje em curso, é a recuperação, para melhor aproveitamento, do prédio dos Correios, no Vale do Anhangabaú.

No âmbito da iniciativa privada é fundamental realçar a importância da decisão da Bolsa de Valores (Bovespa) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), ambas fundadoras da Associação, de permanecerem no Centro com pesados investimentos em suas sedes, transformadas em magníficos edifícios inteligentes. No campo do entretenimento, destacamos a visão de negócios do grupo mexicano CIE, que decidiu instalar no Centro o Teatro Abril, um megainvestimento no setor. Também destacamos a perspicácia de reitores que estão trazendo suas escolas para cá, casos como a Universidade Anhembi Morumbi e Uniesp, ou recuperando prédios históricos, como da Faculdade de Direito da USP, da Fecap, da Unesp e da Faap. Ou ainda, de mecenatos como os que viabilizaram o restauro e conclusão da Catedral da Sé. Outros investimentos importantes foram os realizados no Shopping Light e no Hotel Jaraguá. Parcerias com a Prefeitura como as mantidas pelo BankBoston (hoje Itaú), Votorantin (CBA), Klabin e outras para a recuperação e manutenção de praças e monumentos do Centro têm de ser lembradas pelo seu significado para a melhoria da área.

## O trabalho da Viva o Centro é voltado ao futuro da cidade

As Ações Locais, lançadas pela Viva o Centro, em 1995, por sua vez materializam a persistência de moradores e empresários da região central em cuidar das ruas e praças em que se acham estabelecidos. A vigilância diária sobre a limpeza e sobre o patrimônio de cada local do Centro tomou forma e, a partir das primeiras Ações Locais fundadas naquele ano, hoje somam-se 42 organizações, aglutinando mais de 500 dirigentes e mais de 4 mil associados.

Estes exemplos de iniciativas realizadas ou estimuladas pela Associação Viva o Centro demonstram que os esforços de nossos associados foram recompensados. Mostram também que o trabalho de longo prazo dá resultados. Ao comemorar 15 anos de sua fundação, e ao contabilizar suas conquistas, a Associação Viva o Centro, reforça seu compromisso de trabalhar sempre com vistas ao futuro da Cidade. Por isso é que continua a formular propostas como aquela, mencionada no início deste texto, de facilitar a aquisição de imóveis destinados a novos empreendimentos privados, no Centro, por meio de desapropriações viabilizadas pelo fundo rotativo

que prepussemos, ou a de refuncionalização do Vale do Anhangabaú, que faz parte das “10 Propostas Estratégicas” da Associação. Queremos continuar nosso trabalho em direção

a uma cidade desenvolvida, mas justa; dinâmica, mas harmônica, e que tenha suas riquezas aproveitadas em benefício de todos os seus cidadãos. Por isso é justo que reconheçamos a dedicação dos diretores, conselheiros, funcionários e todos os colaboradores da Viva o Centro, inclusive no âmbito Programa de Ações Locais que, ao longo destes 15 anos, não mediram esforços em prol de nossa missão.

A requalificação do Centro pede dedicação contínua e paciente, fato de que estamos conscientes desde o início. Já na reunião de fundação da entidade, o presidente fundador da Viva o Centro, Henrique de Campos Meirelles, alertava os associados de que a tarefa a que se propunham levaria no mínimo 20 anos. Já lá se vão 15. **U**

\*Marco Antonio Ramos de Almeida é engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP e superintendente geral da Associação Viva o Centro.

## ***Serasa. Informação positiva. Negócios com mais segurança.***

A Serasa subsidia com informações mais de 4 milhões de negócios/dia no País, para mais de 400 mil clientes, e tem acordos com empresas internacionais, para facilitar as exportações e atrair investidores para as corporações e os projetos nacionais.

Presente em todos os setores da economia para os quais estende, também, sua atuação como Autoridade Certificadora e de Registro, nas diversas modalidades de certificados digitais, a Serasa proporciona segurança, credibilidade e validade jurídica aos negócios eletrônicos e às informações nesses ambientes.

Serasa, informação positiva contribuindo para o acesso ao crédito e ajudando a criar condições para o desenvolvimento sustentável do País.



# São Paulo e a bandeira do tempo

Por Jorge da Cunha Lima\*



Fábio Mattos

A Catedral de Estrasburgo, uma notável escultura de pedra cor-de-rosa, situa-se no Centro desta cidade francesa, entre ruas modestas considerando-se a magnitude do templo cristão. Estrasburgo já conheceu a peste, a fome e as glórias, além de todas as guerras, desde a dos Cem Anos contra a Inglaterra. Conheceu nacionalidades diversas, fronteira, que sempre foi, de atritos. Mas Estrasburgo continua sendo um monumento da França e da humanidade porque seu espaço emblemático, o Centro, continua vivo e renovado.

Há uma consciência universal de preservação dos Centros históricos. Barcelona, Madri, a City de Londres, Paris, Rio de Janeiro até Gênova, com sua recentíssima renovação. Nos Estados Unidos, Boston realiza a maior obra civil do mundo para caracterizar a geografia urbana do Centro. Kennedy, em seu manifesto *O desafio para os anos 60*, priorizou a recuperação dos Centros das grandes cidades americanas. No bojo dessa política, Pittsburg e Chicago ressurgiram nos mapas da beleza arquitetônica.

Pois em São Paulo, a Associação Viva o Centro acendeu uma vela na decadência. Não para prantear os mortos,

mas para iluminar o futuro. Estávamos, no fim dos anos 80, em plena queda livre: o triângulo central ruindo em torno do Edifício Martinelli. Apesar da imensa infraestrutura feita pelo Poder Público; da presença dos mais importantes equipamentos culturais; da convergência de todo o sistema público de transporte; do trânsito diário de 2 milhões de pessoas, o Centro se encontrava num grande processo de deterioração.

A Viva o Centro abriu os olhos da sociedade política, da sociedade civil e da sociedade econômica.

Foi o suficiente para, nestes 15 anos, interromper o declínio, a queda livre. E agora, com a permanência de significativas instituições financeiras, culturais e educacionais no Centro e a consciência generalizada da mídia e dos cidadãos, estamos preparados para levantar voo.

Cidade sem história morre, como os rios desprezados. São Paulo hasteou a bandeira do tempo no Centro, para honrar o passado e marcar o rumo do futuro. **U**

\* Jorge da Cunha Lima é presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e Editor da revista URBS.

# O espaço da vida



Nelson Kon



A constituição das metrópoles modernas foi, desde o seu início no século XIX, um processo de reorganização das funções urbanas tendo em vista a emergência do modo de produção industrial. O mais decisivo fator de transformações físicas e espaciais introduzidas nessas novas organizações urbanas foi a descentralização de funções. As novas configurações criaram o quadro urbano de tipo metropolitano, continuamente renovado pela adaptação das cidades históricas e pela expansão permanente do seu território. Um dos traços mais característicos dessa nova organização urbana foi a dispersão dos seus habitantes em distantes territórios urbanos, que receberam a denominação genérica de periferia, e o surgimento de setores fabris, precursores dos distritos industriais.

É bastante conhecida a tese segundo a qual as mudanças nas esferas econômico-produtiva e tecnológica estão sempre associadas a transformações na esfera urbana, tanto no que se refere a sua organização física como à forma de organizar as atividades nos seus espaços públicos e privados. A radical adaptação urbana das metrópoles do primeiro período do capitalismo, cujo paradigma é ainda o conjunto de obras executadas em Paris, na década de 80 do século XIX, criou um modelo de relação entre as demandas oriundas do próprio sistema econômico-produtivo e a organização físico-espacial das cidades. O urbanismo moderno nasceu justamente dessa experiência histórica. Transformado em instrumento de trabalho encarregado de pensar, projetar e executar as modernizações e adaptações que garantiriam o bom desempenho das metrópoles industriais, o urbanismo moderno tornou-se uma atividade contingente. Moveu-se desde a sua origem, entre os limites traçados pelos projetos que respondiam de forma circunscrita e insatisfatória às demandas do novo ciclo produtivo e as possibilidades que se abriram para um trabalho guiado pela aspiração de projetar transformações de efetivo interesse para a sociedade. O século XX testemunhou os seus avanços assim como as-

sistiu ao aprofundamento de seus dilemas. As suas questões confundem-se com as questões da sociedade industrial e seu papel permaneceu muito associado aos ideais urbanos lançados nos anos 20, quando o urbanismo pensado e praticado segundo os pontos de doutrina do Movimento Moderno aspirou a levar o espaço construído a desempenhar um papel transformador na sociedade industrial.

Nas últimas décadas, vivendo a paradoxal situação de se apresentarem simultaneamente caóticas e propiciadoras, as metrópoles contemporâneas passaram a ser consideradas lugares indispensáveis para o bom desempenho do sistema produtivo. No momento em que exibem todas as suas deficiências, precariedades e desvios, elas ganharam, no interior de uma nova etapa do sistema produtivo e econômico do capitalismo contemporâneo, um papel desafiador. Tornaram-se instrumentos de intermediação indispensáveis para o novo modo de produção já denominado

como pós-industrial e cuja característica mais impactante para o ambiente urbano é, sem dúvida, a sua face anônima. Estimulado pela percepção do papel estratégico das metrópoles, mas, ao mesmo tempo, intimidado pela força corrosiva e desestruturadora das novas funções urbanas, o urbanismo tem recebido, ainda uma vez, a tarefa de manifestar-se de forma propositiva. O urbanismo contemporâneo tem desenvolvido conceitos e práticas comprometidas com as transformações urbanas demandadas de forma muito diversificada e ampla. O seu valor e, mais ainda, sua validade enquanto pensamento e instrumento de intervenção dependem diretamente da capacidade de assumir que a organização da metrópole contemporânea não é apenas uma forma evoluída ou degradada da cidade moderna.

“A metrópole da era informacional, quando situada em países desenvolvidos, ou subdesenvolvidos, tornou-se alvo de pensamento e projeto”

Apontada como instrumento decisivo para a participação das nações na economia dos mercados integrados, a metrópole da era informacional tornou-se, quando situada em países desenvolvidos, ou subdesenvolvidos, alvo de pensamento e projeto. Classificado como reparador, grande parte das obras desse novo urbanismo tem buscado pautar sua ação na necessidade de fornecer às metrópoles a possibilidade de participar e, é importante sublinhar, destacar-se do ponto de vista de sua organização urbana. Sua base de ação é a cidade existente envolvida com questões de âmbito local e abrangente, tais como o processo de marginalização social, a destruição da sustentabilidade ambiental, a ameaça de homogeneização em detrimento da identidade, o avanço nocivo do espaço privado sobre

o público e a destruição das funções e do espaço das áreas centrais. Os atributos do Centro, assim como das novas centralidades, têm recebido uma enorme atenção nos estudos urbanos contemporâneos.

Tanto a decadência das áreas centrais como a organização espacial e funcional das novas centralidades, setores típicos da nova organização urbana, têm um lugar assegurado na literatura especializada, nas políticas públicas e nos projetos de intervenção, em alguns casos fruto da reflexão crítica e, em outros, traduzindo apenas compromissos e interesses de grupos sociais e econômicos. Essa abrangência, e até mesmo esta flutuação do escopo e das questões, não deve nos levar a pensar que o Centro, assim como as novas centralidades, não possuem forte especificidade urbana ou que suas questões sejam pouco claras ou indeterminadas.

Uma reflexão sobre o Centro nos remete ainda hoje, apesar da sua enorme transformação física, espacial e fun-

cional, ao pensamento modernista. Vale lembrar que em 1951, o VIII CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), reunido em Londres, elegeu os centros urbanos como tema do encontro. No documento de abertura do encontro, Giedion dirige-se aos seus colegas, vindos de diversos pontos do mundo e imersos no tema da reconstrução das cidades no pós-guerra, reivindicando para o projeto urbano a possibilidade de infundir novas energias no ameaçado equilíbrio entre o mundo do indivíduo e o mundo da comunidade. Portanto, de acordo com os participantes do evento, a humanização da vida nas cidades dependia diretamente da recuperação de espaços destinados à vida coletiva. Apesar do tema escolhido e do título reservado ao encontro, já bastante explícito – O Coração das Cidades – Giedion sublinha no seu texto: em vez do temido centro cívico, foi preferida a velha palavra *Core*, que é definida como a parte central e mais íntima, o coração das coisas. O encontro desenrolou-se não apenas lançando mão de discursos e manifestos. Os arquitetos e urbanistas ali reunidos estavam munidos de projetos nos quais o partido geral era a reconstrução das cidades arrasadas pela guerra que havia terminado seis anos antes. Mantendo o tom entusiasmado e militante do evento, o então presidente do CIAM, o arquiteto José Luis Sert, para quem as grandes cidades corriam o risco de se tornar lugares destinados exclusivamente ao trabalho, apontou com precisão e simplicidade as funções que podemos considerar ainda legítimas: pelos atributos, o Centro/coração deve garantir a possibilidade de ser simultaneamente o lugar de reunião e de consciência cívica; reino do pedestre; espaço simbólico da comunidade; lócus da arte como experiência e manifestação coletiva. Reforçando o ponto de vista de Sert e descartando qualquer acusação de idealismo exagerado, facilmente confundido com ingenuidade, demonstrando uma clara visão crítica

das limitações nas quais se movia o projeto urbano, Giedion sintetiza o debate com uma pergunta contundente: é realmente possível voltar a criar hoje uma sociabilidade, velha como a humanidade, que foi sempre considerada uma das funções da cidade?

A história urbana respondeu largamente a tal pergunta. O paralelismo entre dois processos – de declínio da qualidade urbana e a emergência de uma violenta crítica aos princípios teóricos do Movimento Moderno – tem dominado as análises urbanas e as proposições urbanísticas desde os anos 60. O esgotamento das premissas que conduziram a prática do urbanismo funcionalista ao longo do século XX, associado à desorganização crescente do espaço urbano, é muitas vezes relacionado à chamada crise urbana. O “mal-estar” nas metrópoles e as teses urbanas modernistas, tanto o pensamento teórico como a prática cotidiana do projeto, tornaram-se indissociáveis na medida em que ambos se materializaram num mesmo objeto: a metrópole pós-industrial contemporânea. Se, por um lado, parece ser impossível desconhecer o sentido e a importância dessa concomitância, por outro, a assimilação mecânica dos dois fenômenos, criando entre eles explicações deterministas, tem levado a conclusões bastante equivocadas. Dessa forma, sem desprezar as informações nascidas pela concomitância dos processos, o caminho mais efetivo para entender o conteúdo da atual crise urbana é caracterizá-los com cuidado.

A qualidade e, até mesmo, a validade das proposições apresentadas, cujo ambicioso objetivo é a intervenção no processo de desagregação do espaço urbano, está diretamente relacionada à capacidade do urbanista de encaminhar essa operação. Para evitar qualquer possibilidade de mergulhar nas polêmicas discussões envolvendo as questões de ruptura ou continuidade das teses modernistas, o ponto de partida mais adequado é justamente a revisão



Nelson Kon

do papel das teses urbanas do modernismo no interior da própria crise, isto é, avaliar a sua responsabilidade, o seu grau de comprometimento e, sobretudo, a sua permanência e validade no atual panorama. É sempre útil reforçar a necessidade de evitar explicações que satisfaçam apenas o ponto de vista teórico.

A observação direta da deterioração da qualidade urbana nas grandes cidades e metrópoles, tanto nos países desenvolvidos como nos emergentes e pobres, leva a algumas constatações recorrentes. A partir da década de 50, trabalhos produzidos fora do restrito campo disciplinar do urbanismo passaram a relacionar o crescimento urbano de baixa densidade com princípios urbanísticos funcionalistas. Enquanto o crescimento urbano, sobretudo nas grandes cidades, foi conduzido pela expansão da mancha urbanizada através da reprodução contínua de conjuntos habitacionais periféricos, resultado da política habitacional envolvida com a oferta em grande escala e o conseqüente alastramento da moradia em territórios precários e distantes, iniciava-se o processo de dissolução das áreas centrais e a decadência do seu espaço público. Embora distintas na sua forma de produção e, sobretudo na qualidade urbana que as acompanhou, as periferias das grandes cidades industriais são um fenômeno que esteve presente em todas as metrópoles do mundo. São distintas dos subúrbios que proliferam sobretudo nos Estados Unidos, pelo processo de constituição física onde prevaleceu a irregularidade fundiária e pela ausência de uma infra-estrutura básica adequada e a carência quase absoluta de serviços públicos capazes de atender à enorme população que ali vive. Sem abusar de uma generalização excessiva, podemos afirmar que a relação entre expansão da mancha e corrosão dos espaços centrais, baseadas, sobretudo, no transporte rodoviário, é fundamental para chegarmos a diagnósticos menos restritos, tanto no ponto de vista funcional quanto territorial.

Estas considerações devem, em princípio, ajudar a aprimorar e mudar o patamar das críticas feitas aos projetos urbanos desenvolvidos na área central de São Paulo, sobretudo aqueles que ao longo das décadas de 60 e 70 produziram profundas marcas na sua estrutura e em alguns casos realizaram uma verdadeira desconstrução do Centro. A própria forma de enunciar os problemas relacionados à circulação viária acabou induzindo equívocos de enorme impacto urbano para o Centro. Deixou-se de considerar, por exemplo, que os projetos implantados eram respostas circunscritas e unidimensionais a questões abrangentes do ponto de vista territorial, e eram multidimensionais do ponto de vista funcional. Tal procedimento impediu uma avaliação mais cuidadosa das próprias metas dos planos e projetos que, freqüentemente, desconheciam as limitações de seu alcance. Esse é o caso de muitas intervenções de caráter rodoviário e metroviário executados desde os anos 70 na cidade de São Paulo. Em inúmeros casos, isso pode ser visto como uma contingência do projeto urbano desenvolvido em escala local, o preciso balizamento de seus limites, e, sobretudo, de seu impacto nos trechos urbanos consolidados. Sua eficiência será medida não apenas no âmbito da intervenção de induzir desdobramentos, de criar condições para a elaboração de novas intervenções complementares ou, até mesmo, reparadoras. Portanto, podemos assumir que a denominada crise do Centro e das áreas centrais possui relações intrínsecas com a crise urbana nas metrópoles. Reconhecer, por exemplo, que as duas faces da atual crise são o resultado do processo de crescimento periférico com baixa densidade de ocupação e pouca diversidade funcional que prevaleceu ao longo do período de expansão e consolidação da cidade industrial, é decisivo para o encaminhamento das propostas.

São Paulo é hoje, paradoxalmente, uma metrópole precária e promissora. Uma abordagem urbanística da metrópole paulistana precisa hoje reconhecer a necessidade imperiosa de trabalhar no interior das contradições geradas pelos dois processos. Em resumo, todas as análises e propostas deverão evidenciar, física e funcionalmente, a simultaneidade e superposição entre o comprometimento físico do seu território, resultado de práticas urbanas lesivas, e as potencialidades urbanas ainda não consideradas ou apenas exploradas. Tornou-se patente, ao longo dos anos 90, que a precariedade urbana assumiu uma nova face.

Embora a fragmentação seja um dado relevante para conduzir qualquer análise e qualquer proposta no interior da imensa mancha metropolitana que atinge hoje 2 mil km<sup>2</sup>, permanece presente uma estrutura urbana construída a partir dos elementos geográficos e consolidada entre as décadas de 30 e 50, quando a cidade assentava-se respectivamente entre 180 e 420 km<sup>2</sup>. A constituição de territórios diferenciados, de novas centralidades, de novos vetores imobiliários, de centros empresariais, de bairros auto-suficientes, conjugam-se simultaneamente em escala metropolitana e setorial transformando substancialmente a sua estrutura básica.

As experiências desenvolvidas em todo o mundo, ao longo das cinco décadas do século XX, produziram um rol de questões que não podem ser desconhecidas pelos profissionais que hoje se debruçam sobre o Centro de São Paulo. E, sobretudo, por aqueles que intervêm efetivamente, sem perceber, como já foi dito antes, os limites e desdobramentos de suas intervenções. Os temas mais destacados até o momento, desse amplo espectro, são, sem dúvida, a erosão dos espaços públicos conduzidos pela permanente e intensa adaptação do Centro às exigências da circulação viária e metroviária; a esterilização urbana consumada em nome de práticas esteticistas e passadistas pouco comprometidas com as funções contemporâneas das metrópoles; e as práticas de renovação urbana, nas quais a expulsão e substituição dos antigos moradores, muito recorrente em processos com esse

perfil, por novos grupos sociais, é desenvolvida em nome da reversão do processo de declínio habitacional e urbano.

Sem perder a importante referência dos anos 50, registrada no VIII CIAM e, sobretudo, sem deixar para trás a pertinente pergunta de Giedion, julgamos indispensável propor e promover as transformações no Centro de São Paulo levando em conta suas relações metropolitanas. A conjugação de questões consideradas essenciais para a elaboração de um Plano para o Centro da metrópole, de projetos pontuais, de uma gestão específica para a área central, deve emergir de uma análise crítica de problemas específicos do Centro e de alguns parâmetros de trabalho.

O primeiro deles é, sem dúvida, estabelecer um diálogo crítico e criativo com a cidade existente. A avaliação das potencialidades da área central só pode ser definida a partir de uma cuidadosa verificação de sua configuração atual, do seu funcionamento em escala local e metropolitana. Tal postura tem por objetivo evitar qualquer tentativa de impor um padrão de aproveitamento para esta área sem considerar a sua consolidação histórica. Assim, enquanto a análise funcional do Centro apontou para o caráter sistêmico das questões, a análise estrutural aponta para uma organização físico-espacial desarticulada. A escala de abrangência de qualquer proposta para o Centro deve ser ditada pela procura de eixos e estruturas urbanas mais eficientes. Uma rede de novas conexões deve criar articulações urbanas e metropolitanas mais claras, reforçando a estrutura existente e anexando setores urbanos cujas funções estão em processo de transformação.

Dessa forma, a fragmentação, atributo indiscutível da organização metropolitana, não pode ser confundida com a dissolução das partes que a compõem. Embora delimitada por uma linha administrativa que marca o Centro (distritos da Sé e da República), a área central possui uma intensa relação funcional com a metrópole. Em análises anteriores constatou-se que as chamadas questões do Centro são questões sistêmicas, cujas origens estão fora de seu perímetro e que de-

vem, portanto, ser abordadas de forma também sistêmica. A configuração radiocêntrica da área central induziu à organização de uma rede viária composta fundamentalmente por vias radiais. A chegada dessa rede no interior do núcleo central, pelas dificuldades que acarreta, dadas as proporções adquiridas pela metrópole, tem sido um constante objeto de projeto. A implantação dos dois sistemas perimetrais, implantados a partir dos anos 30 no contexto do Plano de Avenidas, foi a resposta técnica considerada mais eficiente para garantir a macroacessibilidade à área. O caráter polar da área central é hoje reforçado pelo transporte público metropolitano, sobretudo pelas 294 linhas de ônibus para aí convergem. A ausência de uma articulação entre os terminais de ônibus, as sete estações de metrô localizadas no núcleo (Sé e República), e os trens que servem os municípios da região metropolitana impõem travessias compulsórias diárias a 2 milhões de pessoas. A organização e a administração desses fluxos de circulação e tráfego devem garantir, de acordo com as premissas deste trabalho, condições favoráveis para que a área central se torne o território privilegiado para o usuário do transporte público e para o pedestre. No que se refere às funções urbanas do Centro, existe hoje consenso de que a monofuncionalidade pode tornar-se fator corrosivo no interior das cidades. Atividades pouco diferenciadas produzem espaços homogêneos, indistintos e pouco vitais. A inclusão dos chamados bairros centrais nesta análise e proposta é uma postura estratégica que visa garantir a presença indutora da função residencial diversificada. A associação de dois fenômenos, a perda de moradores e a grande presença de imóveis transformados em cortiços, indicam a necessidade de considerar esses bairros – Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Barra Funda, Bom Retiro, Santa Ifigênia, Brás,

“A vida urbana metropolitana com qualidade depende, em grande parte, da possibilidade de uma autêntica vida coletiva”

Mooca, Pari, Cambuci e Liberdade – setores urbanos estratégicos para uma política habitacional de interesse social. O adensamento desses bairros, tendo como pressuposto o aumento de oferta habitacional de interesse social, é uma forma adequada de potencializar o uso de equipamentos e serviços já implantados e evitar a contínua dispersão das populações em periferias distantes e destituídas de equipamentos e infra-estrutura básica. Reforçar seu papel de pólo cultural, lugar único de história, sem abrir mão de suas potencialidades enquanto centro terciário, afasta o perigo de uma desastrosa “museificação” do espaço urbano.

E, para finalizar, vale lembrar ainda que a vida urbana metropolitana com qualidade depende, em grande parte, da possibilidade de uma autêntica vida coletiva. E esse

é um dos principais atributos da centralidade metropolitana. Historicamente, a experiência de vida urbana coletiva tem encontrado em São Paulo, nos espaços públicos da área central, o seu lugar

natural de manifestação. São, sem dúvida, sua presença, qualidade e quantidade que criam as condições para que assumam o papel privilegiado da vida coletiva urbana. Seu desempenho está fortemente condicionado a dois fatores decisivos: possuir uma clara legibilidade, capaz de torná-lo uma referência para todos os cidadãos, e o conhecimento e a utilização de um determinado espaço por um grande número de cidadãos que o consagram como espaço de vida coletiva. Fica evidente, portanto, que entre espaço coletivo e espaço público existe uma intensa relação dinâmica que deve ser estimulada e promovida pelo projeto urbano. **U**

---

\*Regina Proserpi Meyer é arquiteta e professora do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Fotos: Fábio Mattos

Curadoria e Edição: Rosely Nakagawa



A escadaria do Bixiga



Entrada da estação Sé do metrô

“As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado que vivencia, experimenta, conhece e inventa tantas coisas entre as fachadas dos prédios quanto os indivíduos no abrigo de suas quatro paredes.” *Walter Benjamin*





Fachada do Shopping Fashion Center, na Praça Júlio Prestes

Vale do Anhangabaú



# Quinze anos como referência

Por Luiza Erundina\*

**C**omo prefeita da cidade de São Paulo, tive o privilégio de participar do início de uma experiência inovadora: a criação da Associação Viva o Centro. Antes de nossa gestão, entre 1989 e 1992, o Centro nunca havia sido alvo de projetos que aliassem a urbanização, o desenvolvimento e a potencialização de suas múltiplas vocações.

O Centro antigo da cidade é o local onde pessoas dos diversos níveis sociais e de diferentes origens se encontram e podem usufruir do patrimônio deixado pelas sucessivas gerações que construíram a história de São Paulo. Há um movimento mundial que aponta para a importância da requalificação dos centros urbanos. Quinze anos atrás, nossa gestão na Prefeitura teve a clareza de perceber que sozinha não conseguiria enfrentar os desafios impostos pelo Centro. A subutilização da infra-estrutura e dos espaços mais democráticos da cidade precisava ser revertida. A fundação da Associação Viva o Centro estimulou o diálogo do Poder Municipal com a iniciativa privada. Desse processo, formou-se uma parceria que mudou completamente a face do Centro Velho, e mais do que isso, criou uma nova cultura na forma de ver a cidade, de perceber o urbano e de relacionar o uso e a apropriação do patrimônio e do espaço da cidade, ligada ao exercício da cidadania.

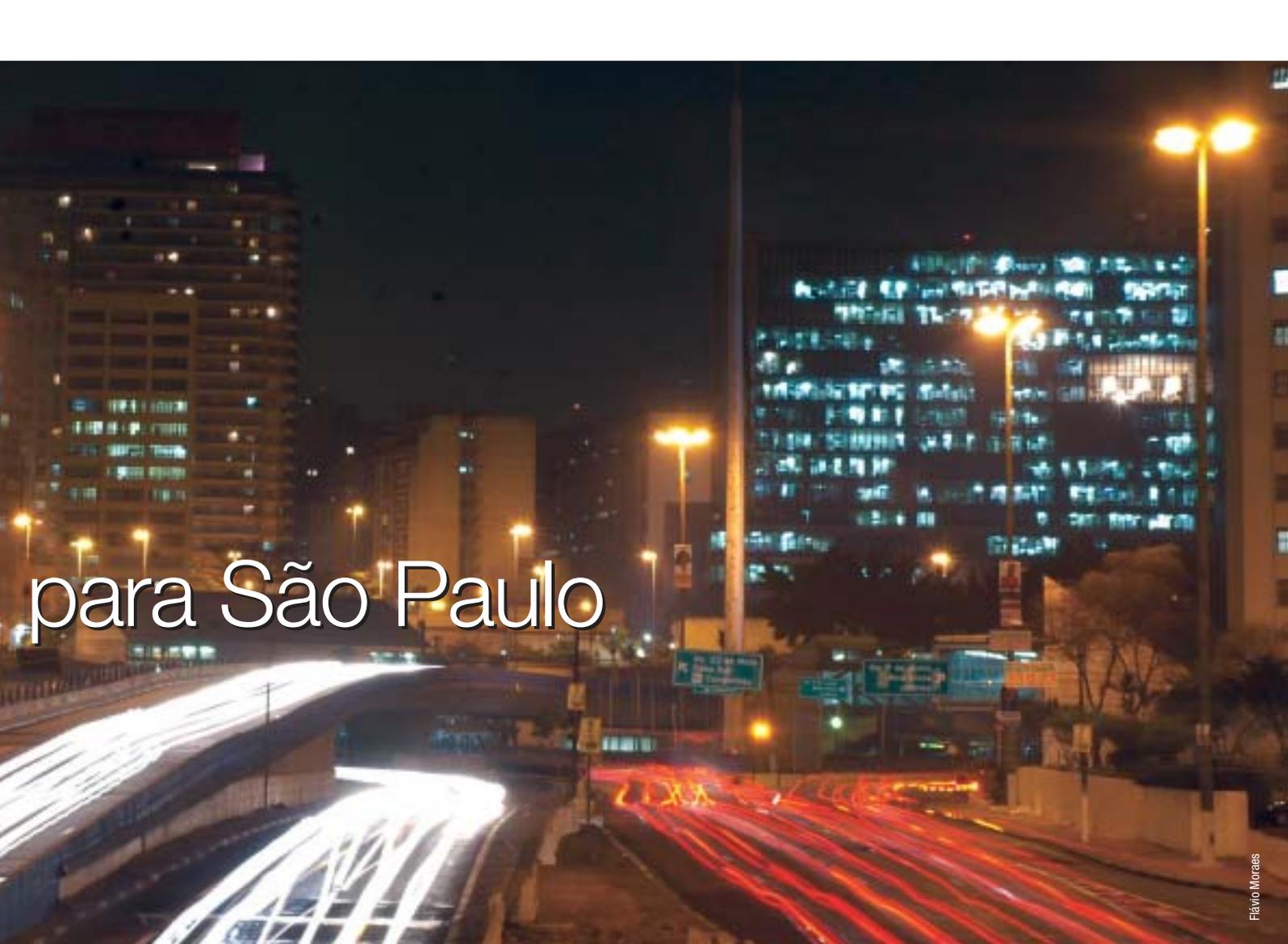
A partir da existência da Associação e da maior interação entre a iniciativa privada e o Poder Público, vários projetos foram iniciados no Centro e também na região da Luz. A construção de diversos espaços culturais foi uma expansão da intervenção urbana que se fez no Centro tendo como principal parceiro e



protagonista a Associação Viva o Centro. O Complexo Cultural Júlio Prestes, a Praça do Patriarca, o projeto do Corredor Cultural, a vinda do Masp para o Centro da cidade, o Centro Cultural Banco do Brasil, a recuperação e devolução à cidade do Mosteiro e Largo de São Bento são intervenções urbanas de grande peso, com apelo cultural e histórico de resgate da memória da cidade.

Nossa administração deu sua contribuição ao início desse processo, com a conclusão das obras no Vale do Anhangabaú. Consolidamos a ligação entre as regiões norte e sul da cidade por meio da Avenida 23 de maio e ordenamos o uso do espaço do Vale, que estava sendo apropriado de forma desorganizada pelo comércio ambulante. Procuramos combater a ociosidade deste importante espaço público promovendo grandes shows e eventos culturais, e aumentando o policiamento à noite e aos finais de semana.

Na área da habitação, realizamos um projeto pioneiro de atendimento aos moradores de cortiços. Desapropriamos imóveis



# para São Paulo

Flávio Moraes

antigos e deteriorados na Avenida Celso Garcia que serviam como moradia coletiva e precária para a população de baixa renda. Os edifícios foram demolidos e, em seu lugar, foram construídos prédios em regime de mutirão, onde as famílias antes encortiçadas passaram a morar. Um dos imóveis desapropriados neste conjunto ainda aguarda uma iniciativa pública ou privada para tornar-se um local de atividades culturais, recreativas e profissionalizantes para o uso da juventude daquele conjunto habitacional e de todo o Centro. Aproveito o espaço concedido pela revista URBS para chamar a atenção do Poder Público e dos empresários, para que viabilizem a reforma do imóvel, que vem sendo preservado pelos ex-mutirantes desde a conclusão dos prédios de apartamentos em que hoje eles moram. Coloco meu mandato como deputada federal à disposição para a busca de verbas orçamentárias da União para a realização deste projeto e de tantos mais a serem defendidos pela Associação Viva o Centro e pela população que habita ou trabalha na região.

As obras viárias do Vale do Anhangabaú ligaram as zonas norte e sul da cidade.

O trabalho realizado pela Associação Viva o Centro trouxe contribuições de valor inestimável para a cidade. Como ex-prefeita de São Paulo, agradeço em nome da cidade por este empenho. Uma gestão municipal democrática deve incentivar a participação da sociedade civil, associando-se à iniciativa privada. A Associação Viva o Centro demonstra que a sociedade pode apresentar propostas viáveis e úteis, inclusive para promover a imagem da cidade, desenvolver a economia e mostrar, numa perspectiva de modernidade, como desenvolver a cidade do ponto de vista urbanístico, social e cultural. Parabêniz a Associação por seus 15 anos de atuação, e por ter se tornado referência para as cidades de outros estados brasileiros e até mesmo de outros países. **U**

---

\*Luiza Erundina foi prefeita de São Paulo e é deputada federal.

# O Centro revigorado

Por Paulo Maluf\*

**N**as grandes cidades do mundo, preservar o Centro deixou há muito tempo de ser apenas uma preocupação urbana, de proteção ao patrimônio cultural e histórico da comunidade. Preservar o Centro é também e principalmente uma necessidade social e uma prática para o bem-estar e o desenvolvimento de outras áreas da cidade.

Um Centro deteriorado desvaloriza a cidade em todos os seus aspectos e áreas, colaborando para a expansão da miséria e do crime, para o desalento e a impressão de abandono que sentimos com relação aos que continuam vivendo lá. Uma grande cidade começa a morrer – que não se tenha dúvida – com o enfraquecimento progressivo de seu centro natural, a partir do qual ela se expandiu. A metáfora é antiga, mas atual: o que vale um corpo expandido e em crescimento se o coração do organismo está doente e pode parar? E tendo por consequência a contaminação de todas as outras partes onde a saúde é aparentemente perfeita?

Sempre me preocupei com isso; entre outras razões, pelo pragmatismo de minha própria formação de engenheiro da Escola Politécnica da USP. Fui prefeito de São Paulo pela primeira vez entre 1969 e 1971 e, desde então, estou convencido de que a cidade não pode ficar submetida à inércia de seu Centro, sem condições para a circulação de seu “sangue estrangulado” – vamos dizer assim. Na época, governei uma cidade com 550 mil carros, que hoje aumentaram para 5 milhões e 500 mil. O que seria de São Paulo se naqueles anos não tivesse sido criada, em minha administração, a estrutura que permite atualmente que a cidade ainda se movimente?

Falo não apenas do Elevado Costa e Silva, construído em somente um ano e meio, e já naquele tempo comparado a um outro elevado: aquele que liga o aeroporto de Heathrow ao Centro de Londres, que levou quatro anos para ser iniciado e terminado. O Elevado Costa e Silva não é uma obra isolada para estabelecer a estrutura para a ex-

pansão do Centro. Ele faz parte de um conjunto de obras que liga as zonas leste e oeste da cidade, por meio de vias expressas, túneis, viadutos, pontes. Se essa via expressa não existisse, a cidade pararia.

Destaco nesse complexo viário: os viadutos Mercúrio, 25 de março, os viadutos Shuei Vetsuka e Guilherme de

Almeida, na Liberdade, o Viaduto Beneficência Portuguesa, sobre a Avenida 23 de maio, o Viaduto Oku Kara Koei, no Centro, o Viaduto Julio de Mesquita Filho, na Bela Vista, Viaduto do Café, sobre a Avenida Nove de Julho, o túnel embaixo da Praça Roosevelt e a completa remodelação da própria praça, o Viaduto Pacaembu, na zona oeste, o da Praça Perola Byington, na Bela Vista, o Viaduto Antártica, no Sumaré, o Viaduto Pompéia, a Avenida Marquês de São Vicente, na Barra Funda e todo o conjunto de viadutos do Parque D. Pedro II, que descongestionou a zona do velho Mercado da Cantareira.

O Elevado Costa e Silva e todas essas obras são apenas um exemplo, pois as avenidas marginais dos rios Tietê e Pinheiros, que também foram feitas em grande parte na minha administração, evitaram que o Centro continuasse a ser usado como via de passagem. Só hoje, 35 anos depois, esse tipo de obra está em expansão com a construção muito atrasada do Rodoanel, que, a propósito, também foi planejado durante o tempo em que fui prefeito e depois governador, com o nome de Grande Anel Rodoviário.

Destaca-se também nesse contexto o início das obras do



Metró, quando fui prefeito pela primeira vez, nas regiões do Jabaquara e Santana, a expansão do ramal leste, concretizada quando fui governador, com a construção de estações do Centro até o Tatuapé, diminuindo o número de veículos que, sem elas, necessariamente teriam que chegar até o Centro. Uma administração pública eficiente não se faz de fatos isolados mas de um conjunto de obras e providências planejadas com visão de futuro que beneficiem a cidade como um todo. Nesse caso, a partir do Centro da cidade. Criar essa infra-estrutura planejada para não parar a cidade, foi o objetivo de então.

Já em meu segundo mandato de prefeito, de 1993 a 1996, destaco a construção do terminal de ônibus da Praça da Bandeira, do terminal de ônibus do Parque D. Pedro II, da passagem de nível Antonio Carlos Jobim, na Avenida Senador Queiroz sobre a Avenida Prestes Maia. Mas também muito importante, acho eu, foi a criação de providências de longo prazo, como a Operação Urbana Centro, o ProCentro e todo o estudo e discussão do projeto, depois transformado em lei, que isenta da cobrança do IPTU, por dez anos, prédios do Centro que tenham a sua fachada restaurada. Esses estudos e a discussão feita em torno deles possibilitaram enviar essa propositura à Câmara Municipal logo no começo de 1997.

Continuo um defensor do Centro e credito a sua deterioração ao aumento da criminalidade nessa área. O que significa que não basta apenas criar infra-estrutura para preservar e revigorar o Centro, se, além de obras físicas e providências burocráticas, não se complementem também em ação social, ligada ao aumento de empregos disponíveis, à construção de moradias, como aquelas do Projeto Cingapura, e em uma eficiente ação policial para coibir abusos que sempre existirão com o Centro deteriorado ou não. **U**

---

\*Paulo Maluf foi prefeito de São Paulo, governador do Estado de São Paulo e foi eleito deputado federal.

O Elevado Costa e Silva faz parte das obras viárias feitas por Paulo Maluf.



# A revitalização do Centro



**A** revitalização do Centro de São Paulo é lenta, essencialmente, pela falta de continuidade das intervenções urbanas e incontáveis mudanças na concepção das ações programadas. Situação essa que é provocada, na minha opinião, pela ausência de uma Lei de Responsabilidade Administrativa (semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal). Essa regra, que não existe ainda, deveria ser criada para impor aos sucessivos governos municipais a continuidade de projetos e obras que demandem mais de um mandato para a sua implementação.

O trabalho do ProCentro durante a nossa gestão, de 1997 a 2000, baseou-se na bem-sucedida experiência de outras cidades, americanas e européias, que empreenderam programas de longo prazo para a recuperação das suas deterioradas áreas centrais. Com perseverança, muitas dessas cidades conseguiram, num tempo médio de 20 anos, reverter a situação. Testemunhei nos anos

80 o início das intervenções no desvalorizado Centro de Boston, que começaram pelo reaproveitamento do antigo mercado, transformado em pólo de entretenimento e gastronomia. Hoje, aquela área, onde antes ninguém queria morar, é um dos lugares mais procurados e caros da cidade.

Nossa expectativa era de que o mesmo viesse a acontecer em São Paulo. Para tal, partimos de um plano macro para a região central, atribuindo tarefas aos diversos órgãos públicos e dando início a ações pontuais: a recuperação do Parque da Luz, a desocupação da Praça da Sé por ambulantes, a reforma dos viadutos do Chá e Santa Ifigênia, incluindo nova iluminação, o aproveitamento da Galeria Prestes Maia pelo Masp, a interligação por linha de trólebus dos terminais de ônibus centrais (Parque D. Pedro II, Bandeiras e Santa Isabel), a construção da primeira linha do Fura-Fila ligando o Parque D. Pedro II ao Sacomã e mudanças das repartições públicas municipais para a área central. Na negociação da dívida da cidade com o Governo Federal, obtivemos o aval da União para um empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 100 milhões, que garantiria a implementação de 130 ações na região central.

Lamentavelmente, a gestão que nos sucedeu abandonou a concepção original do projeto, mudando, inclusive, o nome de ProCentro para Ação Centro; não sacou o empréstimo do BID e, o que é pior, permitiu e até incentivou invasões de prédios desocupados por sem-teto, que resultaram em novos cortiços. Algo semelhante já havia ocorrido em administração anterior – a da prefeita Luiza Erundina – no que se refere às áreas de mananciais e reservas ecológicas, ocupadas por favelas e loteamentos irregulares.

# de São Paulo

Por Celso Pitta\*



O Viaduto Santa Ifigênia foi reformado na gestão de Celso Pitta.

A construção da primeira linha do Fura-Fila, mesmo com recursos garantidos pelo BNDES, foi abandonada, seu canteiro de obras desativado e o trecho já eletrificado teve os cabos de energia roubados. Posteriormente, quando o projeto foi retomado, não se respeitou o plano original, seu nome foi mudado para Paulistão, e o custo por quilômetro aumentou quase 50%, conforme uma reportagem da *Folha de S.Paulo* de 7 de agosto de 2006. Novamente rebatizado para Expresso Tiradentes, pelo atual governo

municipal, o projeto ainda não foi concluído. Moral da história? Perde-se tempo e recursos simplesmente porque cada governo municipal se recusa a dar seguimento a um plano original e quer, a qualquer custo, imprimir a marca da sua administração. Por isso é que a recuperação do Centro de São Paulo vai se arrastando. **U**

---

\* Celso Pitta é economista e ex-prefeito de São Paulo.

# Centro precisa de gente, serviços,

Por Marta Suplicy\*



**D**urante nosso mandato, de 2001 a 2004, demos prioridade à recuperação do Centro de São Paulo. Nenhuma grande cidade do mundo sobrevive – nem muito menos brilha – sem contar com uma área central viva, com moradia para os diferentes segmentos sociais, comércio, serviços, atividades culturais, hotéis, turismo e até indústrias leves. Porém, há seis anos, São Paulo vivia uma situação totalmente oposta. O quadro era de êxodo de moradores e fuga de empresas e grandes corporações para novos pólos, como as avenidas Paulista, Faria Lima, Luís Carlos Berrini e Marginal Pinheiros. Reverter o estado de abandono da zona central era urgente e imprescindível. Ao fim de quatro anos, constatamos que havíamos realizado muito, além de termos deixado em andamento um conjunto de ações fundamentais, que deveriam ter tido continuidade.

Para levar adiante nosso projeto para o Centro, tivemos o apoio e a participação da comunidade que vive e trabalha na região, em especial da Associação Viva o Centro, que sustentou a esperança de recuperação da cidade por mais de uma década.

Desde o início, nossa gestão reconheceu a importância de efetivar um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimentos na zona central. Esse financiamento, assim como o empréstimo do BNDES para

o sistema de transportes, foram os únicos autorizados pelo contrato de renegociação da dívida municipal junto à União no ano 2000.

Em abril de 2002, designamos a Emurb como coordenadora da Ação Centro – programa de 130 intervenções, entre obras e projetos, a serem realizadas durante cinco anos na região. As ações foram definidas pelas áreas técnicas da Prefeitura e do BID e, em outubro de 2003, o empréstimo de US\$ 100 milhões foi aprovado pela diretoria do Banco. Contudo, apenas em maio de 2004 obtivemos autorização da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para firmar essa contratação internacional.

Além dos US\$ 100 milhões do BID, a Ação Centro foi estruturada com US\$ 67 milhões de recursos públicos do Município. No total, previmos investimentos de US\$ 167,4 milhões. Até o término de 2004, foram gastos 15% do valor previsto em contrato, US\$ 24,7 milhões, dos quais US\$ 11,3 milhões liberados pelo BID e US\$ 13,4 milhões de contrapartidas da Prefeitura.

Conseguimos imprimir um ritmo de execução do contrato que alcançou 15% do valor global estabelecido porque não perdíamos tempo. À medida que os termos das diversas ações se estabeleciam, a Prefeitura iniciava a contratação de projetos e obras enquadradas nas contrapartidas locais.

Das ações que realizamos, destaco a restauração do Mercado Municipal, o conjunto habitacional erguido no lugar da antiga favela do Gato, as reformas na Rua 25 de Março e no Parque D. Pedro II, a instalação da Oficina Boracea, a construção de sete bases da Guarda Civil Metropolitana, além da recuperação do Corredor Cultural, praças do Patriarca e Dom José Gaspar.

A questão da moradia, que consideramos vital do ponto de vista humano, sempre mereceu nossa atenção. Firmamos importante parceria com a Caixa Econômica Federal para a área. Por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), foram reformados cinco prédios antigos, nas ruas Rizkallah

# cultura e moradias



Flávio Moraes

O Mercado Municipal foi restaurado na administração de Marta Suplicy.

Jorge, Brigadeiro Tobias, Maria Paula, Celso Garcia e Fernão Sales. Incluindo outras fontes de financiamento, até o final do governo, ao todo, entregamos 1.302 unidades habitacionais. Fortalecemos o Poder Público local com a instituição da Subprefeitura da Sé e trouxemos trabalhadores para a localidade – cerca de 8 mil servidores se instalaram em mais de dez de secretarias e órgãos municipais. A zeladoria da região melhorou: lavagem de ruas, varrição. Por fim, com o novo sistema de transporte, racionalizamos a vinda ao Centro, o que diminuiu o fluxo de passagem e qualificou a presença na área.

Encerramos o mandato entregando ao nosso sucessor projetos já aprovados pelo BID, por exemplo: os dois piscinões da Praça das Bandeiras, dois da Praça 14 Bis, a drenagem do Vale do Anhangabaú, a reforma da Biblioteca Mário de Andrade, do Palácio das Indústrias (que seria transformado no Museu da Cidade), do Edifício Martinelli, do Teatro Municipal, o Parque do Gato, e projetos habitacionais no Belém, Bresser e Centro (no antigo Hotel São Paulo). Cumprimos nossa missão, e deixamos sinalizados os caminhos para o futuro. **U**

\*Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo e deputada federal.

# Uma união histórica

O prefeito Gilberto Kassab reconhece o trabalho da Viva o Centro junto ao Município nos últimos anos e fala sobre os seus planos para o desenvolvimento da região

**P**arceria é o que define, para o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a relação entre o Poder Municipal e a Associação Viva o Centro. Ele afirma: “O trabalho da Associação é notável e está presente em cada ação da Prefeitura e do Governo do Estado no Centro”. Há menos de dez meses chefiando o poder executivo municipal, Kassab qualifica o Centro como prioritário entre os esforços de sua gestão, citando como maior exemplo disso o Projeto Nova Luz, que pretende recuperar a região conhecida como “cracolândia”. O engenheiro e economista Gilberto Kassab, paulistano de 46 anos, assumiu a Prefeitura em março de 2006, após a decisão do então prefeito José Serra de concorrer ao Governo do Estado. Quando integrou a chapa vencedora das últimas eleições municipais, Kassab cumpria seu segundo mandato como deputado federal pelo PFL (Partido da Frente Liberal). Antes de chegar a Brasília, o atual prefeito já havia sido deputado estadual (1995 a 1998) e vereador na cidade de São Paulo (1993 e 1994).

Gilberto Kassab recebeu a equipe da revista URBS em seu gabinete no Palácio do Anhangabaú, e reafirmou o compromisso de sua gestão com o desenvolvimento do Centro da cidade.

**URBS:** O Centro é uma prioridade de sua gestão?

**Gilberto Kassab:** É prioritário. O Projeto Nova Luz é um dos mais importantes dessa gestão, para a recuperação da área que antigamente era chamada de “cracolândia”. Estamos no final do processo de desapropriação e prontos para deslanchar a segunda etapa de consolidação do projeto. Existe um grupo de empresários da construção civil fazendo a concepção dessa próxima fase, que é definir o

que fazer em cada área. Ao longo de 2007, esperamos que isso vá realmente acontecer e os incentivos fiscais vão atrair mais empresas para a região.

**URBS:** O sistema dos incentivos fiscais dará resultados na Nova Luz? Qual é o plano da Prefeitura para que a requalificação desta área realmente dê frutos?

**GK:** Para uma região que ficou por mais de 30 anos no completo abandono, os progressos da revitalização da Nova Luz são enormes. Em um primeiro momento, combateu-se a impunidade na região. E agora, vamos trabalhar no salto qualitativo. Várias fachadas da região estão sendo reformadas pela iniciativa privada, deixando clara a adesão de comerciantes e moradores ao processo de requalificação. A região passou por outras benfeitorias, como o recapeamento de 25 ruas, a instalação de holofotes nos pontos mais escuros e a limpeza diária das ruas. Foram realizadas 258 ações fiscais na região e oito megaoperações de fiscalização, que fecharam agências de turismo clandestinas, hotéis, bares e outros comércios que funcionavam de maneira irregular. A Guarda Civil Metropolitana também teve seu efetivo aumentado na região central. Com a criação da lei de incentivos fiscais, a Subprefeitura da Sé promoveu uma série de encontros com empresários e entidades de classe para que estes conheçam o projeto e venham para a região. Para dar mais um impulso no caráter econômico da região, a partir de março de 2007, ruas comerciais – como Santa Ifigênia, Duque de Caxias, Cásper Líbero, entre outras – vão receber intervenções para melhoria do espaço público. Haverá alargamento de calçadas, melhoria das travessias, troca e uniformização do piso, projeto de

iluminação pública, paisagismo e ordenamento do mobiliário, além da implantação de galeria técnica, que comporta a infra-estrutura de tecnologia de informação, como o cabeamento de fibra ótica. Ainda há muito a ser feito, mas estamos trabalhando com afinco para resgatar a dignidade, atrair novos negócios e multiplicar a vocação comercial e cultural desta que é uma das mais belas regiões da área central da cidade. Algo que só acontecerá com a adesão e o apoio de todos os paulistanos.

**URBS:** Quais outros desafios sua gestão está buscando enfrentar no Centro?

**GK:** Quando assumimos, encontramos uma situação de abandono. O primeiro passo na revitalização do Centro é fazer com que ele deixe de ser uma via de passagem para quem quer atravessar a cidade, e vire o destino final dos paulistanos. E essa batalha tem que ser travada em várias frentes. Além da revitalização da Nova Luz, temos um trabalho importante de recuperação dos patrimônios da cidade. As reformas das praças da Sé e da República, por exemplo, que há anos encontravam-se esquecidas pelo Poder Público, são fundamentais para recuperar a auto-estima da região.

Outro projeto interessante foi a abertura para veículos nas ruas Dom José de Barros, 24 de Maio e XV de Novembro, propiciando maior acesso ao Centro Velho. Reformamos também a Praça Fernando Prestes e estamos revitalizando a Rua Avanhandava e o Parque da Luz, que inclusive ganhou novas calçadas. A Rua Augusta também terá calçadas novas até o final do ano. É nesse sentido que a Zeladoria Urbana é fundamental. Temos estudantes de arquitetura percorrendo a região central em busca de problemas e soluções. Desde a implantação, para se ter uma idéia, mais de 6 mil demandas foram encaminhadas para os setores responsáveis.



**URBS:** Tem havido um esforço da administração em retirar camelôs ilegais das áreas centrais. Porém, o combate ao comércio irregular muitas vezes termina com a volta das barracas no fim de um período de fiscalização. Qual é o plano de sua gestão para que essa questão seja resolvida?

**GK:** Na região central, a fiscalização do comércio ambulante compete à Guarda Civil Metropolitana, que está intensificando suas ações principalmente após a instalação de 35 câmeras que monitoram o Centro durante 24 horas. Para se ter uma idéia, hoje são 767 ambulantes autorizados a trabalhar na região central, contra 1.244 no início da atual gestão. Os números são impressionantes: neste ano cerca de 140 mil sacos de mercadorias de ambulantes ilegais foram apreendidos, sendo que 90% são produtos pirateados, contrabandeados, falsificados ou de cargas roubadas. E, em 2005, foram apreendidos e destruídos mais de 1 milhão de CDs e DVDs pirateados. A fiscalização é contínua e esses ambulantes que insistem em voltar para as ruas são os que trabalham com produtos ilegais e não têm interesse em ir para os chamados shoppings populares, onde é exigido que a mercadoria comercializada tenha origem comprovada. A política para os ambulantes é deixar os que têm TPU (Termo de Permissão de Uso) e trabalham com mercadorias lícitas na rua e ao mesmo tempo incentivar a criação de popcentros, como os do Brás e das avenidas Senador Queiroz e Ipiranga.

**URBS:** A falta de acessibilidade para os automóveis é um problema para quem circula pelo Centro. A Prefeitura tem trabalhado por essa acessibilidade?

**GK:** Sim, e ela é fundamental. Algumas ruas estão sendo abertas ao público e isso vai atender os proprietários dos escritórios, que reivindicavam há muito tempo ter acesso aos edifícios. Também retomamos as construções das garagens subterrâneas. Estamos na fase final de licitação de três novas garagens e iremos iniciar a licitação de mais três. Esperamos poder concluir as primeiras até o final de 2008.

**URBS:** Como o senhor avalia o trabalho da Associação Viva o Centro, que completa 15 anos de existência?

**GK:** A Viva o Centro teve o papel de liderar todos os movimentos da cidade em favor da revitalização do Centro. Isso é algo que todos na cidade reconhecem: lideranças, entidades, poderes públicos. E a Prefeitura, seja essa gestão, ou as anteriores, teve com a Associação uma parceria fundamental para direcionar para ao Centro a volta das principais ações de governo, em termos de constituição dos seus núcleos de poder. A Prefeitura de São Paulo está totalmente enraizada no Centro, com suas Secretarias e empresas, e também o Governo do Estado. Isso serve como estímulo para que outros possam fazer a adesão a esse movimento de recuperação do Centro, com a presença física. É evidente que, em alguns casos, nós não conseguimos evitar a saída do Centro. Recentemente, por exemplo, um grande escritório de advocacia nos deixou. Mas são fatos isolados, porque o volume das vindas para o Centro é maior do que o movimento de saída. O papel da Viva o Centro nisso é fundamental.

**URBS:** Como vem se dando a contribuição da Viva o Centro junto ao Poder Municipal? Na sua gestão, essa relação tem sido proveitosa?

**GK:** Primeiro é importante registrar que a Viva o Centro tem no seu interior representantes das mais diversas entidades, todas elas muito representativas. Portanto tem legitimidade. Em todas as ações da Prefeitura, tivemos a colaboração e cooperação da Viva o Centro em termos de idéias e de parcerias. Isso é histórico. Assumi o cargo de vereador em 1993, quando a Associação era bem recente, mas já estabelecemos uma convivência muito intensa com todos os dirigentes, e tenho isso até hoje, independente da condição de prefeito. O trabalho da Associação é notável e a presença dele está em cada ação da Prefeitura e do Governo do Estado no Centro.

**URBS:** Como o senhor enxerga o Centro daqui a 15 anos?

**GK:** Eu vejo o Centro com um transporte público mais integrado. Hoje nós temos uma excelência no serviço de metrô, com três estações excepcionalmente localizadas, formando um triângulo aqui no coração da cidade. Mas temos que pensar no transporte de ônibus e peruas, que se afastou do Centro, e algo deve ser feito para retorná-lo, com anéis em torno do Centro, mini-anéis, que daqui a 15 anos estejam concluídos. E também investimento em equipamentos, sejam públicos ou privados. Os investimentos públicos serão em menor escala, porque grande parte dos órgãos já voltaram para o Centro. Daqui a 15 anos, espero que o Centro tenha mais moradias, que são fundamentais para a região. A habitação é que vai dar mais vida para o Centro. Ele precisa ter vida à noite e no fim de semana. Temos conseguido trazer as universidades para cá. Isso faz com que tenhamos a convivência dos alunos, mais serviços, dando um brilho todo especial, que não tinha antes.

**URBS:** O senhor tem uma ligação pessoal com o Centro?

**GK:** Sim, já trabalhei aqui como vereador e sou vice-presidente de uma entidade centenária no Centro, que é a Associação Comercial. Como qualquer paulistano, acredito que a recuperação da vida no Centro é de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade. Temos aqui todos os equipamentos urbanos. Não é necessário, portanto, fazer novos investimentos. Basta você ter políticas de incentivo para que as pessoas voltem para o Centro, como moradores ou trabalhadores. Quero ratificar a importância do trabalho da Viva o Centro em relação à nossa cidade, cumprimentar seus dirigentes e fundadores e colocar a Prefeitura de São Paulo como parceira no trabalho da Viva o Centro de reconstruir essa importante região da cidade. **U**

A Prefeitura quer trazer investimentos para a região da Luz por meio de incentivos fiscais.



# Um brinde às

“Chego à meia-noite e cinco ou então a qualquer hora...”

Adoniran Barbosa

Foi nos idos de 2002 que me dei conta de que um novo Centro estava, aos poucos, surgindo. Meu amigo DJ França estava fazendo mais uma edição de sua festa Rebordose, em que eu era um dos DJs. Ele costumava escolher a região central como palco de seus eventos itinerantes e, desta vez, tinha caprichado.

O local era um belíssimo prédio das primeiras décadas do século XX, na esquina da Avenida São João com o Vale do Anhangabaú. O elevador era daqueles de porta pantográfica. Para chegar ao local, tive que ir pelo Viaduto do Chá, Largo São Francisco, Praça João Mendes, Sé, Rua Boa Vista, Largo São Bento. Maravilhas arquitetônicas à parte (estas sempre me encantaram, mas eram conhecidas), naquela madrugada, às 3 da manhã, chamou-me a atenção a iluminação das ruas, a presença de viaturas policiais, a limpeza e restauração de várias fachadas. E, na hora de estacionar, nenhum flanelinha à vista.

Já na festa, fez-me muito bem olhar por um dos janelões e ver aquele vasto Anhangabaú se abrindo lá embaixo, rodeado por estruturas de todas as épocas, estilos e tamanhos. Uma mistura de imponência, glamour, bagunça estética e cultura histórica. Eu me lembro de ter pensado: “Por que não fazem mais festas no Centro?”. Nesta noite, apagou-se da minha cabeça a velha imagem-chavão do Centro como uma terra de ninguém, escura e degradada.

Alguns anos depois, muito mais foi feito pelo Centro em todas as áreas. Posso dizer com orgulho que a noite, os clubes, os DJs, a música eletrônica, o rock e o hip hop têm oferecido uma contribuição valiosa a esse processo.

De lá para cá, posso contar muitas iniciativas, como as festas no clube de *striptease* Executivo, na Rua Sete de Abril; os eventos no mezanino do Copan; a premiação da antiga coluna “Noite Ilustrada”, da jornalista Érika Palomino, no Teatro Municipal; incontáveis gandasias nas boates abertas perto do Hotel Cambridge, como Picasso e Caravaggio, além do próprio hotel; a Funhouse e o Outs, boas casas do rock entre as ruas Bela Cintra e Augusta; o Bar Brahma que, junto com o Brahminha, faz um elo entre notívagos de diferentes épocas. Não se pode esquecer também do lendário Susi In Transe, na sua casa original da Rua Vitória; do clube A Lôca, outra instituição da noite paulistana que há mais de dez anos faz sair vapor das calçadas da Rua Frei Caneca; do Madame Satã, ainda mais histórico, um marco dos anos 80 recauchutado para o novo milênio. E eu mesmo tive a oportunidade de curar, em 2005, um festival de música eletrônica brasileira no Centro Cultural Banco do Brasil, naquele majestoso edifício cravado na parte mais velha do Centro.

As iniciativas não pararam por aí. De 18 meses para cá, tivemos o surgimento do Vegas, eleito melhor clube da cidade em 2005 pela *Folha de S.Paulo*; a inauguração do Glória no Bixiga, ponto-chave no roteiro fashionista; o Royal, onde funcionava o antigo Paddock, atendendo a um público de Audis e BMWs; e o recém-aberto Clube Inferno, voltado para bandas de rock; sem falar em toda uma movimentação que colocou a velha e desgastada Barra Funda como um dos

# pantográficas

Por Camilo Rocha\*

pólos noturnos mais excitantes do momento. Além dos existentes Berlin, CB Bar e D'Edge, o bairro receberá o aguardado Clash, de autoria do mesmo pessoal que faz as festas Circuito e o Campari Rock.

Finalmente, é importante citar também a Virada Cultural, um evento que botou milhares para curtir a noite nas ruas do Centro, poucos dias depois da primeira onda de ataques do PCC, mostrando uma cidade que preferiu ir às ruas celebrar do que se encolher amedrontada

É o Centro reassumindo, com seu traje elegante, copo na mão e sorriso na cara, sua vocação de gandaia. Adoniran Barbosa ficaria orgulhoso. **U**

---

\*Camilo Rocha é jornalista, produtor musical e DJ, e foi um dos primeiros divulgadores da música eletrônica brasileira na mídia.



# Integração e planejamento

Por Maria Teresa Pereira Craveiro\*

**A**s metrópoles europeias encontram-se hoje perante grandes desafios e oportunidades de desenvolvimento futuro, no sentido de três vetores fundamentais: desenvolvimento econômico coeso e competitividade urbana; coesão social e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e a sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

O maior desafio colocado aos gestores das cidades é a operacionalização do desenvolvimento sustentável, enquanto gestão de recursos para o desenvolvimento e solidariedade intergeracional, definidas desde o Relatório Bruntland até a Conferência Rio +10.

Para atingir a sustentabilidade, será necessária uma efetiva coordenação de intervenções setoriais entre as várias entidades públicas e privadas envolvidas no processo do fazer das cidades, com uma gestão urbana de responsabilidades partilhadas.

O planejamento estratégico, conceito do mundo empresarial, deve funcionar como estruturador dos processos de deliberação, decisão e implementação, estabelecendo uma organização, hierarquia e prioridades para chegar a metas quantificadas e obter resultados. Deve igualmente questionar e alterar abordagens e padrões tradicionais de comportamento, como resultado de exigências de integração, de complementaridade de políticas, em especial as que têm impacto no ambiente com uma gestão urbana programada de longo prazo, que funcione como um pacto entre todas as forças políticas, no consenso entre os grandes objetivos de desenvolvimento urbano das cidades e seus cidadãos. No entanto, tem que se alicerçar em estreita relação com os outros instrumentos urbanísticos e com uma forte participação dos atores da cidade.

A retomada do Planejamento Estratégico Urbano em Lisboa, em 2002, deu-se num momento em que se colocavam novos desafios aos agentes políticos e gestores urbanos para conduzir o desenvolvimento urbano, de forma a dar uma resposta ao paradigma de um desenvolvimento harmonioso



A reabilitação urbana passou a ser uma Área Estratégica na administração municipal de Lisboa.

e sustentável trazendo, portanto, novas exigências ao binómio técnico-político que o desenvolve.

Com efeito, no caso de Lisboa, foi essencial incentivar a retomada do planejamento estratégico. Há que transformar a Visão estratégica: Lisboa 2012, que se encontra disponível <http://ulisses.cm-lisboa.pt>, em um segundo Plano Estratégico, que se pretende como um pacto de governabilidade entre todas as forças políticas até 2012, ultrapassando o tempo do atual mandato, e obter uma estratégia partilhada com a população de Lisboa.

Nos últimos anos, o Poder Municipal deu prioridade, e com sucesso, ao Eixo de Desenvolvimento: Lisboa, Cidade de Bairros, por meio da conservação e reabilitação urbana, que passou a ser uma Área Estratégica e um princípio orientador da gestão urbana para a cidade. Assim, em 2001, em Lisboa, cerca de 60% dos pedidos de licenciamento de obras diziam respeito a intervenções de reabilitação, contra os 33% da média europeia e cerca de 5% da média nacional. Pensamos que, em virtude desta ação política, Lisboa pôde subir duas posições no Ranking das Melhores Cidades para Investir.

Trabalhar nas cidades ou territórios com a “utopia realizável” é de fato gratificante na profissão de urbanista, que tem sob sua responsabilidade a riqueza da diversidade das cidades e existe “unicamente por causa da desordem crescente nas nossas cidades”, para citar Bertold Brecht. Criar o presente, planejar o futuro e ter saudades do passado. Esta frase dita no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, resume “o fazer cidade hoje” na procura das identidades. **U**

\* Maria Teresa Pereira Craveiro é geógrafa urbanista e Diretora de Planejamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa

# O direito à cidade

Por *Carmenza Saldias Barreneche\**

**A** aquisição dos direitos econômicos e sociais começou no final do século XIX com o movimento trabalhador e socialista europeu. Agora, no início do século XXI, e de forma muito ampla, estão sendo promovidos os direitos ao espaço público; o direito das minorias às condições dignas de vida; o direito de reconhecimento social, político e jurídico; e as exigências de participação e comunicação, dentre outros, que convidam os cidadãos a construir a cidade coletivamente, reivindicando seus direitos, mas também assumindo seus deveres.

Isto se pode conquistar através de políticas urbanas, dentre elas a política de ocupação e uso do solo, que é a forma mais explícita de atuação do Estado para garantir a adequação do espaço urbano às condições gerais de produtividade e da economia e responder à geração de bens coletivos.

Nossas cidades da América Latina representam um claro exemplo de que a livre concorrência entre os proprietários do solo não aumenta o benefício comum e que, por essa razão, as cidades se convertem em fontes de exclusão e segregação, em vez de espaços de excelência de uso coletivo.

Quando a sociedade compreende que no mercado imobiliário o que está em jogo não é um produto, mas sim um lugar de exercício de direitos, entende que o direito de urbanizar e de construir se adquire na medida em que se assumem as responsabilidades, de tal maneira que se faz efetiva a equação direito-dever da propriedade, e que a função social e ecológica da mesma permite resgatar seu uso e desfrute, sem que haja abuso.

Os Estados e governos locais, por serem os que garantem e se comprometem com a construção do que é bem público, além de assegurar o bem-estar e o bem viver dos cidadãos, devem estar comprometidos com o sentido global da cidade, com o intuito de garantir objetivos sociais e ambientais.

O plano de ocupação e uso do solo, com todas suas implicações, mecanismos e instrumentos é um dos exemplos mais claros que encontramos em nossa sociedade direcionado à

consolidação de um sentido democrático da convivência e da construção do que é público.

Conquistas como a incorporação do tema da revisão do uso e ocupação do solo na agenda política; a recuperação da idéia de mais-valia como uma obrigação do governo em nome do direito coletivo de participar da riqueza; a inclusão das funções social e ecológica da propriedade; a criação de mecanismos e instrumentos de distribuição equitativos de tributos e benefícios; e a modificação do regime de propriedade por meio da legislação urbanística e ambiental são necessários para atender ao propósito de que a maioria tenha acesso ao direito à cidade e de fazer desta um lugar coletivo.

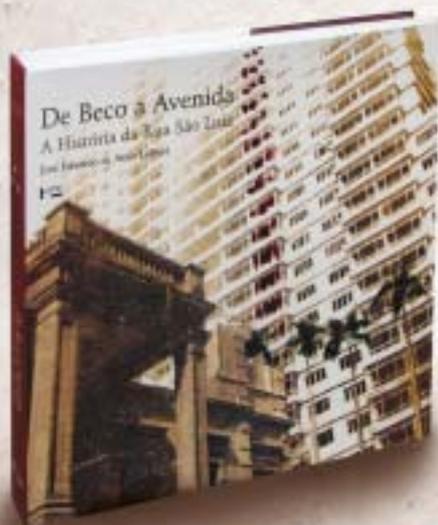
Nesse caminho, o desafio é encontrar o equilíbrio entre os interesses dos particulares e os da cidade, para somar esforços, conhecimentos e capacidades. Isso significa entender que, embora as atividades que sustentam o solo funcionem de acordo com as regras de mercado, ele requer controle público, caso realmente represente os interesses coletivos.

A maneira como cada sociedade consegue incorporar responsabilidades no que se refere à propriedade corresponde ao tipo de território e cidade que se deseja, ou seja, ao que ela deve ser, o que sinaliza a possibilidade de construção coletiva de um projeto de sociedade. **U**

---

\* Carmenza Saldias Barreneche é economista, foi Diretora de Planejamento de Bogotá e é vinculada ao Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano (CIDEU), em Barcelona.

Tradução de Deise Josiane Martins e Lui Carolina Tanaka.



# Reconstruindo paisagens urbanas

Por Paulo César Garcez Marins\*

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis.

**De Beco a Avenida: a História da Rua São Luiz.** São Paulo: Edusp, 2006.

Uma meditação sobre a volatilidade paulistana. Percorrer as páginas do livro *De beco a avenida: a história da Rua São Luiz*, de José Eduardo Lefèvre, é surpreender-se com o quão pouco sabemos sobre as camadas históricas que se sobrepõem numa das vias mais prestigiosas da capital paulista. Edição adaptada da tese de doutorado defendida na FAU/USP, este livro está alicerçado numa preciosa pesquisa de fontes inéditas. A maioria das fotografias e plantas reproduzidas, relativas a cada um dos lotes da via atualmente denominada Avenida São Luiz, jamais foi publicada e o autor certamente enfrentou um longo caminho até localizá-las, em arquivos particulares das famílias que outrora ali moraram, ou arquivos públicos nem sempre de fácil acesso.

Local de amplos apartamentos um tanto desvalorizados, a Avenida São Luiz é hoje, para a maioria dos paulistanos, um endereço de agências de viagens ou simples via de passagem. Poucos imaginam que ali se ergueu um dos primeiros conjuntos de palacetes da cidade, irmão daqueles da Luz e dos Campos Elíseos, sucedidos na fama pelos de Higienópolis ou da Avenida Paulista. Nestes locais, as elites paulistanas começavam a manifestar um padrão de habitação que se perpetua nos bairros mais ricos da cidade: o afastamento da rua mediante amplos jardins e a vizinhança homogênea. E desse passado nada podemos supor ao percorrermos suas calçadas.

O livro constitui-se de duas partes, que mostram edificações de dois períodos: o dos palacetes do final do século XIX e dos

edifícios residenciais e comerciais erguidos a partir da década de 40, quando da transformação da rua em avenida. O processo de verticalização por que passou a avenida não permitiu a sobrevivência dos antigos palacetes. Nesse sentido, a São Luiz teve um destino mais radical do que as avenidas Paulista, Higienópolis e Angélica, que ainda guardam algumas de suas primeiras construções.

A sensação de perda é um dos efeitos desta leitura. Toda uma geração de construções, em estilo neoclássico e eclético, foi eliminada. A conversão de residências em mercadorias lucrativas foi o principal argumento para sua derrubada, na medida em que o alargamento da rua entre 1941 e 1942, como parte do Plano de Avenidas de Prestes Maia, e a conseqüente possibilidade de adensamento vertical, impulsionou o preço dos lotes para cima. O tráfego, os ruídos e a perda dos jardins aceleraram a partida das elites, e os lugares da vida e da memória familiar foram convertidos em somas consideráveis.

Melhor sorte tiveram os edifícios, vários deles marcos da cidade como o Itália, o São Tomás e o Louvre. Grande parte desta fase da São Luiz está tombada pela Prefeitura, que foi sensível à necessidade da preservação das correntes arquitetônicas que caracterizaram a verticalização da cidade. Assim, foram protegidas tanto as linguagens modernistas quanto as soluções formais classicizantes ou do kitsch dos anos 50.

A história dos apartamentos e escritórios da avenida fecha o livro de Lefèvre, mas abre também uma nova frente de investigação. São raros os estudos publicados sobre esta tipologia arquitetônica, que hoje constitui um dos maiores negócios da cidade. Este livro lança-nos a responsabilidade sobre eles, para que não seja também essa geração arquitetônica mais uma vítima do sentido de mercadoria que consome a cidade. ■

\* Paulo César Garcez Marins é doutor em História Social e docente do Museu Paulista da USP.

# GRANADEIRO

*Desde 1893*



# GUIMARÃES

*Advogados*

J. GRANADEIRO GUIMARÃES  
MAURÍCIO GRANADEIRO GUIMARÃES  
GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARÃES

APARECIDA TOKUMI HASHIMOTO  
MARIA DE FÁTIMA ZANETTI BARBOSA E SANTOS  
ANA CLAUDIA NOGUEIRA DOS SANTOS

ROSA MARIA SOARES BETTI  
ANA MARIA CALLÁ UEBEL  
RUBENS APARECIDO CESAR  
JOÃO OTÁVIO MENDES DE SIQUEIRA  
PATRICIA NAGY  
FILIPE GUSTAVO POTZMANN PEREIRA  
RUBENS JOSÉ GAMA JÚNIOR  
MARIA FERNANDA BLASCO AAGAARD  
CARLOS EVANDRO RIGHETTI  
ALEXANDRE MARQUES DE MEDEIROS  
ARON DA SILVA GELLES  
FABRÍCIA VEZARO

**FRANCISCO GRANADEIRO DA SILVA GUIMARÃES**  
1870 - 1899

**RENATO GRANADEIRO GUIMARÃES**  
1894 - 1957

**PÉRSIO GRANADEIRO GUIMARÃES**  
1946 - 2003

LYGIA M. P. DE SOUZA LOPES DE OLIVEIRA  
GISELE NORDI  
JULIANA MARIA VAZ PORTO  
TATIANA BOSCHIM PANNON LOMBARDI  
ROBERTO BARONIAN

CARLA MÁXIMO PEREIRA  
JONATAS SEVERIANO DA SILVA  
CRISTIANE FERREIRA LEITE  
CLAUDIA DE ARAÚJO SOUZA  
PAWLOWA CAROLINE EDUARDO BALEEIRO  
FABIANO GARCIA BARBOSA BRAGA  
MATHEUS ARIEL TUROLA CARDOSO  
DANIELA MION DIONÍSIO  
HELOISA PEREIRA TESSLER  
MAGDA CRISTINA GRASSELLI LOPES  
ISAC NEWTON EDUARDO BALEEIRO  
BONY LEE ARIOSA  
IVAN ROBERTO DE JESUS JUNIOR

## *Direito do Trabalho*

Consultoria Preventiva

Assistência Contenciosa Administrativa

Assistência Contenciosa Judicial

Patrocínios de Ações Trabalhistas

Consulta e Elaboração de Pareceres

Sustentações Orais

Cálculos de Risco Contingente

Auditoria Trabalhista

Mediação de Acordos

Negociação Sindical

Praça Ramos de Azevedo, 209 - 1º Andar (01037-010) São Paulo - SP

Fone: 55 11 3120-7899 Fax: 55 11 3120-7893

[www.granadeiro.com.br](http://www.granadeiro.com.br) - [granadeiro@granadeiro.com.br](mailto:granadeiro@granadeiro.com.br)

# A cidade de cada um

Em um Centro cheio de história, participantes das Ações Locais contam os sonhos que os motivam a persistir em um trabalho que parece não ter fim

As luzes do Centro da cidade compunham a vista que Gilberto Taccolini teve em sua infância, passada no bairro da Bela Vista, no Morro dos Ingleses. “Não eram tantos prédios naquela época. Eu assisti a isso tudo mudar”, lembra o paulistano de 69 anos, que há seis é o síndico do Edifício Mercantil Finasa, no Vale do Anhangabaú. Taccolini trabalha nesse mesmo prédio desde 1974, quando ainda era diretor-financeiro de uma empresa metalúrgica. Sua formação de contabilista rendeu o convite para participar da administração do condomínio. A atuação de Taccolini, no entanto, não se limita ao interior do edifício que ele gerencia.

O processo de degradação do patrimônio histórico e cultural do Centro veio bater à porta do Mercantil Finasa já nos anos 80. Uma estátua do compositor italiano Giuseppe Verdi, vizinha ao edifício, passou a ser alvo de vandalismo, e o jardim em volta da obra começou a atrair moradores de rua. Ainda durante a administração de Jânio Quadros na Prefeitura, Taccolini, então subsíndico do edifício, conseguiu instruções do Poder Municipal para fechar o jardim da estátua com uma grade. “Era preciso proteger a obra”, diz. Nos anos que se seguiram, a grade se provou ineficiente contra a ação de vandalismo, e a estátua foi depredada. Desta vez, as cordas da lira que fica nas mãos de um anjo, atrás de Verdi, foram roubadas. “A Prefeitura não conserta, e também não me deixa consertar”, reclama o síndico.

Taccolini participa há mais de dez anos da Ação Local Anhangabaú e foi reeleito membro do conselho fiscal em outubro. Suas reivindicações junto ao Poder Público não se resumem ao problema da estátua. Ele é um forte crítico

da falta de eficiência de todas as gestões que viu passar. “A administração sempre entra com vontade, e depois vai esfriando”, afirma. Ele conta que o grupo de sua Ação Local reúne-se sempre por conta de problemas ligados à zeladoria urbana, como limpeza pública, o acesso dos veículos ao Vale, a falta de segurança. E a estátua. “Já falei com o subprefeito Andrea Matarazzo, e ainda não resolveram. Fui reeleito conselheiro e vou continuar a lutar.”

É esse tipo de empenho que o advogado Aguinaldo Triumphi Avellar, de 53 anos, presidente da Ação Local Ifigênia I,

gostaria de ver entre os empresários de sua região. “O pessoal acha que a Viva o Centro tem que fazer tudo, mas eles têm que participar. As pessoas querem só o benefício”, diz o advogado, que trabalha há 35 anos no Centro, na Avenida Cásper Líbero. Para Avellar, pequenos empresários e comerciantes não percebem a importância da união e colaboração para o encaminhamento de respostas aos problemas da região. “Muitos só chegam para reclamar que o camelô sujou a porta do estabelecimento, ou que está concorrendo com ele. Mas não se preocupam em conservar bem o seu pedaço”, afirma.

Avellar conta que, mesmo com as dificuldades, sua Ação Local já realizou muito. “Conseguimos um posto policial e o fim da ‘feira do rolo’, onde se comercializavam produtos roubados e até drogas”, lembra o advogado. “Acabamos tendo um canal direto com o Poder Público. Para mim, nossa Ação Local é uma realidade positiva”, analisa. Avellar tem muitos planos para as quadras que estão sob a responsabilidade de seu grupo. Ele batalha pela reurbanização da Praça Alfredo Issa. “Puseram uma tela para tentar proteger



Gilberto Taccolini é conselheiro da Ação Local Anhangabaú. Entre os problemas da região, está a depredação da estátua do compositor italiano Giuseppe Verdi, mesmo com a proteção das grades.



Fábio Matos

Artur Roçado e Sidnéa Silva lutam pela limpeza e manutenção do monumento mais antigo de São Paulo, o Obelisco da Memória, construído em 1814.

o jardim, e já tinha gente colocando até galinha ali dentro”, diz Avellar, que também luta para mudar o nome da praça para Oscar Niemeyer, em homenagem aos projetos do arquiteto no Centro. O advogado, que também é jornalista, tem planos de criar um memorial da imprensa na Avenida Cásper Líbero, que, em 1939, tornou-se o endereço do Palácio da Imprensa, primeiro prédio construído especialmente para um jornal, a Gazeta. A avenida chamava-se ainda Rua da Conceição, e só depois ganhou o nome do criador do periódico. “Não existe um museu desses ainda no país”, diz Avellar. “As pessoas passam por aqui, e não conhecem a história”, conclui.

Uma dessas histórias é o mote do trabalho do empresário Artur Monteiro Roçado e da arquiteta Sidnéa de Souza Silva. Roçado, de 37 anos, é carioca e veio para São Paulo há 13 anos. Mora há nove na Rua Álvaro de Carvalho e, por ser um membro ativo da comunidade, foi chamado pela coordenadora de Apoio às Ações Locais na Viva o Centro, Teresinha Santana, a fazer parte da Ação Local Ladeira da Memória. Sidnéa, de 34 anos, trabalhava em um banco na Rua Martins Fontes. Foi convidada a participar de uma reunião e a partir

daí passou a contribuir com a Ação Local. Interessada na história da cidade, Sidnéa descobriu o valor histórico e arquitetônico do conjunto escultórico do Largo da Memória. “O obelisco data de 1814, e em 1922 foi construído o conjunto em volta”, explica a arquiteta.

Mesmo com o peso de ser o monumento mais antigo de São Paulo, o obelisco ficou por muito tempo abandonado, e foi pichado de alto a baixo. Em 2004, os membros da Ação Local Ladeira da Memória conseguiram a adoção do monumento pela Votorantin e, em 2005, foi feita uma nova inauguração do obelisco, livre de todas as pichações e recuperado. Artur Roçado expressa o agradecimento de todos os membros da Ação Local ao novo patrocinador do Obelisco da Memória, mas lamenta. “Houve uma nova pichação e precisamos de uma nova limpeza”, afirma. Além disso, Roçado diz que seu grupo tem tido dificuldades em organizar eventos no Largo da Memória, por conta da falta de limpeza pública. “Chamamos um coral, no ano passado, para cantar na época das festas de fim de ano, mas tivemos que cancelar tudo porque a Prefeitura não fez a limpeza que pedimos”, explica. Neste ano, ele diz que vão tentar fazer novos eventos, e querem iluminar as árvores do entorno para o Natal. “Para mim, este monumento é tão importante quanto o corcovado, no Rio de Janeiro, ou o Pelourinho, em Salvador”, diz o empresário. Sidnéa concorda: “Não consigo vir ao Centro sem passar por aqui. Conheço cada árvore do largo, tudo. Este não é só um local de passagem, é um oásis na cidade”. 

## PROGRAMA DE AÇÕES LOCAIS



### O QUE É

Criado pela Associação Viva o Centro em 1995, o Programa reúne moradores e empresas instaladas em cada uma das 50 microregiões em que se divide o Centro, cada uma com sua Ação Local. Ela fiscaliza e coopera com o Poder Público, identifica problemas e potencialidades do lugar, desenvolve projetos próprios e dá apoio as iniciativas da Viva o Centro. A Associação Viva o Centro, por sua vez, apóia as Ações Locais capacitando seus dirigentes, promovendo a interação entre elas, coordenando as eleições gerais, produzindo e distribuindo material de divulgação, articulando encontros com representantes do Poder Público.

### COMO FUNCIONA

Cada Ação Local é uma organização não-governamental independente, porém, todas são regidas por um mesmo estatuto padrão estabelecido pela Viva o Centro. Cada Ação Local deve congrega o maior número de pessoas e empresas estabelecidas em sua área. Seus associados participam das reuniões periódicas promovidas pela diretoria da Ação Local, composta por 12 membros da comunidade, escolhidos anualmente, pelos associados, em eleições gerais, promovidas pela Viva o Centro. As últimas eleições gerais ocorreram em outubro de 2006, quando foram eleitas as diretorias de 42 Ações Locais.

### NÚMEROS ATUAIS

- 42 Ações Locais
- 579 dirigentes
- 4.033 participantes
- 111 é o número de Ações Locais a que a Viva o Centro pretende chegar nos próximos 5 anos

# PINHEIRONETO

## ADVOGADOS

### EMPRESARIAL

- Aeronáutico/Marítimo
- Empréstimos /  
Securitização / Derivativos
- Energia/Petróleo/  
Mineração
- Esportes e Entretenimento
- Financiamento de Projetos
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Societário e Mercado de  
Capitais
- Telecomunicações

### CONTENCIOSO

- Ambiental / Biotecnologia
- Antitruste /  
Penal Econômico
- Contencioso Judicial Cível
- Defesa Comercial
- Família / Sucessões
- Propriedade Industrial /  
Direitos Autorais
- Recuperação de Empresas
- Relações de Consumo
- Tribunais Administrativos,  
Arbitrais e Judiciais

### FISCAL

- Comércio Exterior  
MERCOSUL/ALCA/OMC
- Compensações Tributárias /  
Recuperação de Tributos Indiretos
- Consultoria Tributária /  
Previdenciária
- Contencioso Tributário /  
Previdenciário /  
Administrativo / Judicial
- Planejamento Tributário
- Regimes Especiais /  
Consultas

### TRABALHISTA

- Consultoria Trabalhista
- Contencioso  
Administrativo/ Judicial
- Negociações Coletivas
- Previdência Privada -  
Regulatório, Consultoria e  
Contencioso  
Administrativo e Judicial
- Previdência Social -  
Consultoria, Contencioso  
Administrativo e Judicial

# Técnica com emoção

Por Oscar D'Ambrosio\*

Já chamada de “pátria de heróis e berço de guerreiros” por Fagundes Varela; e de “comoção de minha vida” por Mário de Andrade, a cidade de São Paulo tem sua grandiosidade arquitetônica e urbanística, principalmente a de seu chamado Centro Velho, imortalizada por artistas do passado e – também do presente. É sobre estes últimos que vamos concentrar nosso olhar.

Os edifícios, luzes e sombras propiciadas ao meio-dia e infinitas variações geradas pela iluminação noturna são, por exemplo, um universo pronto a ser visto por criadores como Gregório Gruber, que explora o espaço urbano com versatilidade técnica apurada a serviço de sua ótica da cidade.

A São Paulo que ele vê é a mesma pela qual passamos milhares de vezes sem reparar na harmonia das linhas e nas riquezas visuais de certas nuances. O seu talento está em captar essa delicadeza com rigor e sensibilidade ao mesmo tempo, num exercício cada vez mais raro na arte contemporânea.

Já Márcio Schiaz estabelece seus próprios mistérios na forma como soluciona plasticamente suas telas em termos de composição de linhas e no tratamento da superfície. Quando o assunto é especificamente a Capital, São Paulo, Schiaz se vale, basicamente, de dois métodos de pintura.

Por um lado, registra os locais que deseja pintar em fotos, início de um intenso trabalho no ateliê. Por outro, realiza pinturas *in loco*, no calor da hora, buscando dar uma resposta mais instantânea à efervescência de um momento. A opção de pintar ao vivo parece funcionar melhor quando se trata de captar o movimento de feiras livres.

O artista Avelino, por sua vez, tem em São Paulo um assunto pictórico com o qual se enfrenta a cada novo trabalho. Assim como Schiaz, às vezes pinta ao vivo. Em outras ocasiões, parte de fotografias que ele mesmo tira. O desafio é conseguir transformar a sua vocação para a pintura em resultado plástico que o satisfaça.

Os trabalhos mais expressivos são aqueles realizados no universo dos tons que rodeiam o ocre. Com eles, o artista revela, além de uma maior intimidade, um processo de interiorização da própria imagem. Parece que essa São Paulo cor de terra, regida pelo marrom, se faz presente como um ícone metropolitano.

Selma Machado Simão cruza, em seu trabalho plástico, duas técnicas: a fotografia e a pintura. Estabelece-se assim uma



O Vale do Anhangabaú é retratado em aquarela por Carlos Avelino.

forma híbrida, que seduz por ter elementos de ambas, sem se completar totalmente com nenhuma. A artista toma como base fotos antigas da cidade, havendo uma recriação com diversas técnicas, como desenho, pintura, colagem, serigrafia e *transfers*.

As fotos antigas são o ponto de partida para uma visão moderna da cidade. Ela ganha, nos trabalhos de Selma, em dinamismo. O impacto visual se dá pelo apuro técnico e pela ligação que a artista consegue estabelecer com a cidade sob um ponto de vista afetivo.

No pólo oposto do uso de técnicas mistas está Marcelo Senna. Ele desenha São Paulo com lapiseiras sobre chapas de *ucatex* branco envernizado. Autodidata em desenho e pintura, o artista toma a cidade como cenário para trabalhos de grandes dimensões, criando painéis que revelam São Paulo sempre à distância.

Para retratar esse rico universo de construções de cimento e de histórias repletas de humanidade, o artista se vale de fotografias e de incontáveis horas de passeio pela cidade. Andando de ônibus, ele busca o melhor ângulo para transportar à cidade, que impressiona pela sua grandeza e onipotência econômica, e comove, pelos seus tipos humanos.

Os artistas contemporâneos aqui citados têm em comum sensibilidade, olhar arguto e técnica em constante evolução para conseguir observar a cidade sempre sob novos aspectos, já que o desafio da arte está em nunca se repetir, transformando-os em busca de respostas apuradas, que somem emoção à técnica. O assunto, no caso, o Centro Velho, pode ser o mesmo, mas a inovação deve se fazer presente, seja numa pincelada, numa cor ou num gesto inesperado e maravilhosamente desbravador. **U**

\* Oscar D'Ambrosio, mestre em Artes Visuais pela Unesp, integra a Associação Internacional de Críticos de Artes (Aica – Seção Brasil).



## ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO

Entidade declarada de Utilidade Pública Federal por Decreto de 09 de março de 2000

(DOU de 10/03/2000) - Auditada pela PriceWaterhouse Auditores Independentes

Rua Libero Badaró, 425 - 4º andar - Centro - São Paulo/SP - Cep: 01009-905

Fone: (11) 3106-8205 - Fax: (11) 3105-8896 - email: avo@vivaocentro.org.br

Conheça mais e saiba como  
participar acessando o site:  
[www.vivaocentro.org.br](http://www.vivaocentro.org.br)

## CONSELHO DIRETOR

### Presidente

Henrique de Campos Meirelles

### Vice-Presidentes

Alencar Costa

Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo

Roberto Mateus Ordine

Associação Comercial de São Paulo - ACSP

### Secretário

Luís Eduardo Ramos Lisboa

Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI

### Tesoureiro

Wilson Antonio Salmeron Gutierrez

Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN

### Controlador

Elzo Aparecido Barroso

Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA

### Conselheiros sem designação específica

Arnaldo Borgia - Serasa • Bertrand Molinari Filho - Banco Itaú • Carlos Eduardo da Silva Monteiro - Banco Nossa Caixa/Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN • Celso Cintra Mori - Pinheiro Neto Advogados • Celso Figueiredo Filho - Grupo Figueiredo • Clemência Beatriz Wolthers - Pinheiro Neto Advogados • Danilo Santos de Miranda - Serviço Social do Comércio - SESC • Domingos Fernando Refinetti - Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados • Eduardo César Silveira Vita Marchi - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • Gabriel Mário Rodrigues - Universidade Anhembi Morumbi • Geraldo José Carbone - Banco Itaú • Guilherme Afif Domingos - Associação Comercial de São Paulo - ACSP • José Diogo Bastos Neto - Associação dos Advogados de São Paulo - AASP • José Geraldo Barreto Fonseca - Tribunal de Justiça de São Paulo • Luiz César de Proença, Dom - Mosteiro de São Bento de São Paulo • Luiz Flávio Borges D'Urso - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP • Manoel Félix Cintra Neto - Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F • Manoel Francisco Pires da Costa - Fundação Bial de São Paulo • Marcos Antonio Costa e Silva - Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA • Maria Aparecida Cordeiro Katsurayama • Maurício Granadeiro Guimarães - Granadeiro • Guimarães Advogados • Michael Klein - Casas Bahia • Miguel Sampaio Pou - Klabin • Nelson de Abreu Pinto - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo • Ney Castro Alves - Associação das Empresas Distribuidoras de Valores - ADEVAL • Paulo Antonio Gomes Cardim - Centro Universitário Belas Artes • Paulo Antonio Skaf - Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP • Paulo Eduardo Moraes Sophia - Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/SP • Paulo Ney Fraga de Sales - Instituto São Paulo Contra a Violência • Ricardo Patah - Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sérgio Moraes Abreu - Banco Itaú • Sônia Maria Gianini Marques Dobler - Sônia Marques Dobler - Advogados • Vanda Pita - Banco Santander Banespa • Waldemiro Antonio dos Santos - Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO

## CONSELHO FISCAL

José Joaquim Bourin - Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo  
José Maria Giaretta Camargo - Sindicato dos Contabilistas de São Paulo  
Sébastien Luiz Gonçalves dos Santos - Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

## ADMINISTRAÇÃO

### Superintendente Geral

Marco Antonio Ramos de Almeida

### Coordenadores de Área

Cristina Café Fernandes - Administrativa e Financeira  
Teresinha Santana - Apoio às Ações Locais  
Victor Eskinazi - Apoio Técnico  
Luz Carolina Carvalho Tanaka - Centro de Estudos  
Ana Maria Cicaccio - Editoração e Imprensa  
Claudemir Chinski - Marketing e Tecnologia

## ASSOCIADOS

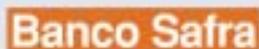
Administração e Representação Telles • Agromont Administração de Bens e Participações • Agropecuária Juruaí • Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI • Associação Brasileira de Designers de Interiores • Associação Brasileira de Empresas de Serviços Especiais de Engenharia • Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo - ABRESI • Associação Brasileira de Pedestres - ABRASPE • Associação Brasileira dos Fotógrafos de Publicidade - ABRAFOTO • Associação Comercial de São Paulo - ACSP • Associação Cristã de Moços de São Paulo - ACM/CENTRO • Associação das Empresas Distribuidoras de Valores - ADEVAL • Associação de Comerciantes, Empresários e Liberais do Centro de São Paulo - ACELCESP • Associação dos Advogados de São Paulo - AASP • Associação dos Bancos no Estado de São Paulo - ASSOBEESP • Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB • Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo • Associação dos Lojistas da Florência de Abreu - ALFA • Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo • Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias - ANCOR • Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento - ACREFI • Associação Vida Positiva - Prevenção e Cidadania • Banco ABN AMRO Real • Banco do Brasil • Banco do Estado de São Paulo - BANESPA • Banco Itaú • Banco Nossa Caixa • Banco Safra • Biblioteca Mário de Andrade • Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F • Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA • Caixa Econômica Federal • Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP • Cartório Medeiros • Casa da Bóia • Casas Bahia • Celso Figueiredo Filho • Central de Outdoor • Centro Acadêmico "XI de Agosto" • Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA • Centro Universitário Belas Artes • Cia Brasileira de Alumínio - CBA • Cia Central de Importação e Exportação - CONCENTRAL • Cia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ • Cia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM • Círculo Italiano - San Paolo • Colégio de São Bento de São Paulo • Condomínio Edifício Mercantil Finasa • Congregação Israelita de São Paulo/Templo Beth-El • Construtora Miguel Curi • Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo • CVC Turismo • Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA • Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU • Escola Estadual de São Paulo • Escritório Fralino Sica • Estapar Estacionamentos • Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo • Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN • Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP • Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo • Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO • Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento - FENACREFI • Fundação Escola de Comércio "Alvares Penteado" • Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP • Granadeiro Guimarães Advogados • Grupo Lund de Editoras Associadas • Grupo TMS • Igreja do Beato Anchieta • Inspeção Salesiana de São Paulo • Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/SP • Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo • Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa • International Police Association • Ituaçu Agropecuária • José Antonio Mangini Jr. • José Eduardo Loureiro • José Rodolpho Perazzolo • Just Traduções • Klabin • Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo • Logos Engenharia • Luigi Bertolli • Machado, Meyer, Sendacz e Opice - Advogados • Mosteiro de São Bento de São Paulo • Museu da Cidade de São Paulo • Museu Pe. Anchieta • Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP • Paróquia Nossa Senhora da Consolação • Pellegrino e Associados Engenharia • Pinheiro Neto - Advogados • Pioneer Corretora de Câmbio • Polícia Civil do Estado de São Paulo - DEATUR • Polícia Militar do Estado de São Paulo - 7º BPM-M • PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes • Rotary Club de São Paulo - República • São Paulo Convention & Visitors Bureau • Sincov Imobiliária e Construtora • Secretaria de Estado da Educação • Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania • Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos • Serasa • Serviço Social do Comércio - SESC CARMO • Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro • Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo • Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo • Sindicato dos Comerciantes de São Paulo • Sindicato dos Bancários e Financeiros de SP, Osasco e Região • Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP • Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO • Sociedade Amigos de Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis e Pacaembu • Sônia Marques Dobler - Advogados • Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades de São Paulo - SUTACO • Teatro Municipal de São Paulo • Terraço Itália Restaurante • Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados • Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo • Trides Cia. Imobiliária Administradora • Universidade Anhembi Morumbi.

## Principais Patrocinadores

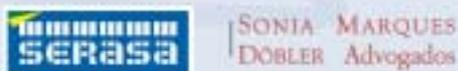
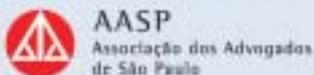


Companhia Brasileira de Alumínio  
Vale a pena

PINHEIRO NETO ADVOGADOS



MACHADO, MEYER,  
SENDACZ E OPICE  
ADVOGADOS



Nossa Caixa



Apoio Operacional



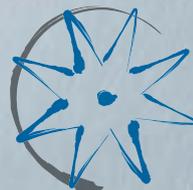
PINHEIRO NETO ADVOGADOS

CONSTRUIR  
UMA GRANDE HISTÓRIA  
É CONSTRUIR GRANDES  
RELACIONAMENTOS.

RELACIONAMENTOS  
BASEADOS  
EM CONFIANÇA, RESPEITO  
E OBJETIVOS EM COMUM.

Nosso agradecimento a todos os associados,  
patrocinadores e apoiadores por dividir  
conosco o mesmo sonho por 15 anos.

MUITO OBRIGADO!



Viva o Centro  
São Paulo

[www.vivaocentro.org.br](http://www.vivaocentro.org.br)

# MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE

## A D V O G A D O S

Desde 1972

Societário  
Mercado de Capitais  
Bancário e Mercado Financeiro  
Corporate Finance  
Tributário  
Financiamento de Projetos  
Infra-Estrutura  
Energia, Petróleo e Gás  
Comunicações e Telecomunicações  
Propriedade Intelectual, Franquia e Tecnologia  
Direito Aeronáutico  
Direito Minerário  
Direito Imobiliário  
Ambiental  
Contencioso  
Família e Sucessões  
Direito do Trabalho e Previdência Social  
Direito Econômico e Antitruste  
Comércio Internacional  
Contratos  
Direito do Consumidor  
Esportes e Entretenimento

SÃO PAULO • BRASÍLIA • RIO DE JANEIRO • NITERÓI • SALVADOR  
PORTO ALEGRE • FORTALEZA • BELO HORIZONTE • NOVA IORQUE

[www.machadomeyer.com.br](http://www.machadomeyer.com.br)